



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de História

Os brancos e os “da raça”: memórias da formação de identidades entre os sócios
dos Clubes Comercial e 12 de Outubro em
Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul (1940-1970).

Clarissa Moreira Bones

Porto Alegre, RS.

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de História

Os brancos e os “da raça”: memórias da formação de identidades entre os sócios
dos Clubes Comercial e 12 de Outubro em
Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul (1940-1970).

Clarissa Moreira Bones

Monografia apresentada junto ao curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada
em História.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Célia Lima Xavier

Porto Alegre, RS.
2009

Dedico este trabalho aos invisíveis do mundo, a todos aqueles que não tem lugar e cuja voz a sociedade capitalista autoritária insiste em fazer silenciar.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Eva Moreira, por ter me inspirado a trabalhar com o tema da diversidade étnico-racial.

Ao meu irmão Júnior e minha irmã Gabriela, por existirem.

Às amigas Vanessa, Claudete e Jennifer, pelo ombro amigo e pela paciência com as minhas crises.

Ao colega Eduardo Peruzzo, por seu companheirismo e amizade.

À minha orientadora Regina Xavier, por seus apontamentos sempre precisos e por confiar na minha capacidade.

Ao meu namorado Renan, pelo auxílio com as gravações das entrevistas e por continuar me dedicando seu amor quando tudo era incerteza.

Ao casal Diego e Gisele, pelas risadas, pela cerveja e pelo carinho.

Aos meus depoentes senhoras Gemina da Conceição, Philomena Canavezzi e Ruth Terezinha da Silva; e senhor Adão Ardenghi Brizola, por dividirem comigo as suas preciosas memórias.

“O que se requer é uma história que leve à ação; não para confirmar, mas para mudar o mundo.”

Paul Thompson

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	7
CAPÍTULO I - Classe e raça na formação da identidade brasileira (1940 – 1970) -----	21
CAPÍTULO II – Histórico de Palmeira das Missões e dos clubes Comercial e 12 de Outubro -----	30
CAPÍTULO III – Os sócios, identidades e sociabilidades -----	39
3.1. Os sócios entrevistados-----	39
3.2. Identidades-----	40
3.2.1. Dona Gemina-----	41
3.2.2. Adão Ardenghi Brizola-----	45
3.2.3. Philomena Canavezzi-----	46
3.2.4. Ruth Terezinha-----	48
3.3. Sociabilidades: as memórias da convivência e do preconceito nos clubes Comercial e 12 de Outubro-----	50
CONCLUSÕES -----	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	63

INTRODUÇÃO

Desenvolver uma pesquisa histórica é sempre um grande desafio. Mesmo para um historiador experiente, uma nova pesquisa desenrola-se à sua frente como um território inóspito e desconhecido, sobre o qual terá que aprender os atalhos e as melhores maneiras de atravessá-lo. Imagina-se então o quão assustador é, para um iniciante na área, se deparar com a tarefa de desenvolver uma pesquisa e depois apresentá-la para ser avaliada. No caso de um trabalho de conclusão de curso é o momento em que todas as leituras, as conversas nas mesas de bar, as noites insones, as aulas e os ensinamentos dos mestres terão que obrigatoriamente mostrar o seu valor. Mais ainda, é o momento em que o historiador que se forma terá que fazer as suas escolhas dentro da disciplina, optar por um tema, por uma metodologia e por orientações teóricas. Nesta etapa, fica difícil manter o comportamento estritamente científico, e em muitos casos virá à tona o caminho que o estudante percorreu durante toda a sua graduação: suas concepções sobre a história, e principalmente, seus questionamentos.

O trabalho que agora se apresenta trilhou um caminho comum entre os estudantes de história, que é o de tentar compreender questões a respeito do lugar de onde veio. Caminho este que por ser comum não deixa de ser também nobre, pois como já diz um velho provérbio asiático “antes de querer conhecer o mundo, dê três voltas dentro de tua própria casa”. Foi pensando questões relativas à cidade de Palmeira das Missões que o tema da formação de identidades através da articulação dos conceitos de raça e classe começou a me interessar. Num município em que a presença de negros não é, de forma alguma, insignificante, o fato de nada ou quase nada se falar a respeito das origens destas pessoas não deixava de ser intrigante.

Através da senhora Eva Moreira, que atua em projetos na área de diversidade étnico-racial junto à 20ª Coordenadoria Regional de Educação, tive acesso ao livro *Vestígios do Passado*, da historiadora palmeirense Cristiane de Quadros De Bortolli. O livro traz um estudo documental baseado na análise de inventários e testamentos que comprova a existência da escravidão no então distrito de Palmeira, contrariando outros autores que negavam a existência de população escrava; e mesmo a afirmação, corrente nos dias atuais, de que “em Palmeira não tem negro”¹.

¹ Lê-se em Soares (1974, p. 175) que a causa de fraca ação abolicionista em Palmeira deveu-se a escassez de elementos de origem africana na cidade, fato que é conhecido de todos os que, segundo este autor, tem familiaridade com Palmeira das Missões.

Iniciei então uma busca por livros e documentos locais, que me aproximassem mais do objeto inicial, que era o negro em Palmeira das Missões². Passei então à leitura de *Santo Antônio da Palmeira*, livro editado em 1974 em comemoração ao centenário da emancipação política da cidade, de autoria de Mozart Pereira Soares. Neste livro não foram encontrados dados referentes ao negro na formação populacional do município; resumindo-se neste ponto a afirmar sua inexistência ou escassez numérica. Entretanto, o mesmo autor dá notícia da existência de um clube negro em Palmeira antes mesmo da abolição da escravidão, o que remete a tempos anteriores a 1888. De acordo com Mozart Soares (1974, p. 302) “nossos conterrâneos de origem africana contavam inicialmente com o ‘Clube Rio Branco’, (anotado já por Evaristo de Castro) certamente inspirado pelo advento da Lei do Ventre Livre”. Tal afirmação com relação à existência de uma sociedade negra permitiu-me confirmar que a presença africana ou descendente não poderia ser tão ínfima, dado ao fato que um grupo muito reduzido não teria a necessidade de fundar uma sociedade.

De posse destas informações relativas à existência de um clube negro em Palmeira das Missões com nome inspirado na Lei do Ventre Livre, de 1871, meu interesse se voltou para as sociedades culturais e recreativas negras que existiram na cidade e para as relações que se estabeleceram entre elas e as associações brancas; os sócios e a comunidade mais abrangente. Ainda no livro de Mozart Pereira Soares, encontrei dados sobre outro clube negro, fundado por volta de 1900, chamado “13 de Maio”, inspirado certamente na lei que aboliu a escravidão em 1888. Sobre este clube, não obtive maiores informações além de que deixou de existir em 1940.

Prossigui então a busca por informações relativas aos clubes sociais que existiram em Palmeira das Missões, expandindo a busca para todos os clubes, não apenas os formados por negros. Obtive informação de que um dos clubes que ainda está em atividade na cidade, o Clube Comercial, teria sido fundado no ano de 1905³. Através da averiguação dos documentos primários que se encontram hoje sob tutela da Associação Comercial e Industrial de Palmeira,

² Para estudo aprofundado sobre a escravidão na região do planalto médio do Rio Grande do Sul ver: ARAÚJO, T. **Escravidão, fronteira e liberdade:** Políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro 1834 – 1884). 333f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio grande do Sul.

³ O Clube Comercial foi fundado em 1905, entretanto, com o nome de Clube Literário e Recreativo Palmeirense. A data exata e a motivação da troca dos nomes não pode ser averiguada pela análise da documentação do clube e nem através das fontes orais.

pude comprovar esta data justamente na leitura da ata de fundação⁴ deste clube, em 05 de novembro de 1905.

A epopéia atrás de informações e documentos sobre os clubes continuou. Cronologicamente, de acordo com as informações deixadas por Mozart Pereira Soares, o próximo clube a ser fundado⁵ era o Clube 10 de Julho, inaugurado em 10 de julho de 1939. Sobre esta agremiação, que não existe mais, nenhum documento interno foi encontrado. Sua sede social foi demolida por volta do ano 2000 e as pessoas que hoje residem no local não souberam informar sobre o paradeiro dos documentos do clube que ali existiu.

Passsei então a me focar no próximo clube a ser fundado, o 12 de Outubro, sociedade que segundo Soares (1974) congregava a gente de cor de Palmeira. Fundado em 12 de outubro de 1940, sua sede física ainda existe e mesmo alguns eventos se realizam esporadicamente nesta agremiação. Quando visitei suas dependências, hoje bastante depredadas, pude acessar a antiga sala da diretoria e constatar a existência de farta documentação, como livros de atas e fichas de sócios nas quais constava data de admissão, profissão, etc. De imediato tive noção do valor histórico daquela documentação e do produtivo trabalho que poderia ser feito juntamente com a análise dos documentos do Clube Comercial.

Foi no plano da oralidade que se apresentou a parte que faltava para compor o objeto da pesquisa que agora relato. Em conversas informais com parentes e amigos mais velhos sobre os clubes sociais de Palmeira, interessei-me pelo tema das proibições racistas que vigoravam no clube da elite branca da cidade, o Clube Comercial, até meados da década de 1970. Histórias sobre o primeiro negro a se associar ao clube e sobre o fato deste negro ter sido adotado por uma família muito rica me permitiram pensar questões de raça e classe. Falava-se que o negro em questão⁶, por muito tempo, ficou sem frequentar atividades sociais em função da impossibilidade de ser aceito na sociedade branca e rica que formava o grupo de sócios do Clube Comercial. E, por questões que provavelmente mesclam concepções de raça e classe, este homem não se permitia desfrutar da companhia dos sócios do Clube 12 de Outubro. Ou seja, um quadro multifacetado de motivações e valores que exemplifica o complexo processo de formação identitária e da articulação de conceitos que se misturam em diferentes graus. Um belo desafio que poderia se concretizar com o auxílio da análise da

⁴ A documentação do Clube Comercial encontra-se em sua sede social sob os cuidados da Associação Comercial e Industrial de Palmeira das Missões.

⁵ Excluindo-se o 13 de Maio sobre o qual não havia obtido maiores informações ou alguma documentação.

⁶ Este senhor foi procurado para prestar seu depoimento, mas por questões que não nos cabe julgar, preferiu não falar sobre o assunto.

documentação primária dos clubes Comercial e 12 de Outubro, representando dois pólos da sociedade palmeirense através dos quais poderia ser traçado um panorama sobre como as situações relativas à classe e raça eram compreendidas pelas entidades e pelos indivíduos que as frequentavam.

Entretanto, mais um ajuste teve de ser feito antes da delimitação final do objeto da pesquisa. Depois de um primeiro acesso à documentação do Clube 12 de Outubro, iniciou-se um processo judicial relacionado à sede física da entidade. A documentação interna então ficou inacessível e boa parte dos planos que havia feito para a pesquisa também. Foi então que a metodologia da história oral apareceu; primeiro como a solução para a falta da documentação escrita do Clube 12 de Outubro, depois como parte decisiva para responder às questões de formação de identidades que não poderiam ser respondidas somente pela análise documental; por mais vasta que esta fosse.

O recorte cronológico final tomou como base a data de fundação do 12 de Outubro; 1940, esgotando-se no início de 1970, quando segundo as fontes orais ocorre uma abertura relativa a etnia dos frequentadores. O que se pretendeu foi, justamente, averiguar através das memórias de antigos sócios, bem como através de análise documental; a dinâmica pela qual se formaram as identidades destas pessoas; não apenas como integrantes das entidades acima nomeadas, mas como agentes sociais inseridos em um âmbito de atuação mais amplo.

O objetivo da pesquisa foi, portanto, buscar compreender o modo como se constituíram as memórias identitárias dos componentes dos clubes Comercial e 12 de Outubro; a partir da articulação dos conceitos de classe e raça⁷. O trabalho se propôs primeiramente a compreender o modo como esses conceitos eram pensados de forma individual e coletiva; e em seguida, elucidar o modo como as concepções se articulavam para a formação de identidades sociais. Tudo isso tendo em mente as formas e estruturas com que tais processos se preservaram nas lembranças dos depoentes.

Para tanto, partilho da visão de que as percepções do social não são discursos neutros. Tais percepções produzem estratégias e práticas sociais que tendem a impor autoridade a outros, que são menosprezados; legitimando um projeto reformador ou justificando, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Esta é a razão pela qual a investigação sobre as representações sempre deve supô-las como estando colocadas em um

⁷ O uso do termo “raça” se justifica em função de ser esta a terminologia mais comum na fala dos depoentes para se referir à etnia negra.

campo de concorrências e competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. Portanto, as lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para a compreensão dos mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor; a sua concepção do mundo social (CHARTIER, 1988).

A pesquisa se justifica em função da inexistência de outro estudo com os mesmos objetivos para a região do planalto médio. O mito da escravidão inexistente ou “branda” parece ter se arraigado na mentalidade regional, de forma que a contribuição cultural e econômica do negro é sumariamente ignorada e subestimada. Um estudo que retrata a organização dos negros na cidade de Palmeira das Missões, resgatando elementos sobre as suas formas de mobilização e inserção social pode funcionar como incentivo ao resgate de outras informações, além de estimular a valorização da cultura produzida pelos afro-descendentes. A recolha de depoimentos de pessoas que vivenciaram os fatos pode também abrir caminho para um processo de valorização do patrimônio histórico-cultural, uma vez que a cidade de Palmeira das Missões não possui sequer um museu ou arquivo histórico para o armazenamento de fragmentos que possam servir de instrumento para uma forma possível de representação de seu passado. Esta pesquisa, portanto, se propõe a ser um primeiro passo num processo amplo de recuperação histórico-cultural em uma cidade cuja memória histórica encontra-se marcada por estereótipos negativos que em nada contribuem para a formação de cidadãos atuantes e conscientes de seu papel como agentes da história.

Para dar conta de responder aos questionamentos da pesquisa, quais sejam; a compreensão da forma como as questões relacionadas a classe social e raça das pessoas se mesclavam no processo de formação de suas identidades; utilizei a metodologia da história oral concomitantemente com análise documental .

Quanto às fontes orais, ou as pessoas que prestaram depoimentos para este trabalho; foram quatro. Para escolhê-los utilizou-se como critério: ter idade suficiente para lembrar-se de episódios ocorridos entre as datas limite do trabalho; ter condições de saúde para relatar e lembrar-se dos acontecimentos; e que no todo representassem camadas sociais e etnias diferenciadas. Além, é claro, de estarem dispostas a falar sobre o passado e permitir que o relato fosse gravado e utilizado para análise e publicação.

Todas as entrevistas foram realizadas nas casas dos depoentes. Não houve um roteiro fixo. Antes de iniciar a gravar era explicado o objetivo da entrevista, qual seja; recolher relatos de pessoas que tivessem frequentado os clubes Comercial ou 12 de Outubro entre 1940 e 1970. A partir daquilo que ia sendo lembrado pelos depoentes, perguntas quanto ao perfil

dos associados, restrições de acesso e episódios marcantes eram inseridas. Todos os entrevistados autorizaram o uso de seus nomes e seus depoimentos, através da assinatura de um termo. No total as entrevistas contabilizaram em torno de quatro horas de gravação, que foram transcritas e analisadas por mim de acordo com os eixos temáticos estabelecidos para a compreensão dos processos de formação de identidades dentro dos clubes recreativos.

A primeira entrevistada foi a senhora Gemina Ochôa da Conceição, nascida em Palmeira das Missões no ano de 1915. Branca, casou-se em 1934 com Antônio Nunes da Conceição, negro e fundador do Clube 12 de Outubro. Dona Gemina foi entrevistada em duas ocasiões. Na primeira delas, apenas colhi informações enquanto a depoente falava, mas não efetuei a gravação. Na segunda visita, em 04 de setembro de 2009 foram gravados 53 minutos de depoimento. Dona Gemina representa no contexto dos entrevistados um caso específico de uma mulher branca que se casou com um negro, tendo ambos recursos econômicos semelhantes na época em que se casaram. O depoimento desta senhora nos permitiu matizar a discussão sobre raça e classe, mostrando o quanto estes conceitos e suas representações se mesclam no processo de construção identitária das pessoas.

A segunda entrevistada foi Philomena Canavezzi, nascida em Cruz Alta no ano de 1917. Fui à casa de dona Philomena duas vezes, sendo que da segunda visita em 7 de outubro de 2009 resultaram 39 minutos de gravação. Esta senhora foi casada com Ademar Canavezzi, também natural de Cruz Alta, com quem veio morar em Palmeira das Missões no ano de 1950. Dona Philomena, branca, de classe média/alta, representa uma mulher que chega a uma nova cidade e tem de se adaptar aos costumes e modos de viver arraigados desta sociedade. Enfrentou o fechamento inicial dos palmeirenses, que só foi se atenuar anos depois de sua chegada e em função dos trabalhos executados pelo marido, que era engenheiro civil. Ainda que seu marido tenha projetado e ajudado a erguer a sede definitiva do 12 de Outubro, Philomena nunca chegou a frequentá-lo. Ela e seu marido eram sócios do Clube Comercial.

O terceiro depoente é Adão Ardenghi Brizola, branco, nascido em Sagrada Família (então distrito de Palmeira) no ano de 1938. Da conversa com Adão gravaram-se 57 minutos de entrevista. Com sobrenome importante, o mesmo do prefeito da cidade no ano de 1956, chega a Palmeira das Missões ainda adolescente, ávido por conhecer a vida social da cidade. Frequentou tanto o Clube Comercial quanto o 12 de Outubro. Adão era filho de pequenos agricultores e se tornou colaborador do jornal *A Madrugada*⁸; sendo no universo da

⁸ O Jornal *A Madrugada* teve seu primeiro número em circulação no dia 12 de julho de 1953.

pesquisa a representação da pessoa que não dispõe de recursos monetários, mas desfruta de determinado status atribuído pela sua descendência (sobrenome).

A quarta e última depoente é dona Ruth Terezinha Martins da Silva, negra, nascida em Palmeira das Missões no ano de 1950. Conversei com dona Ruth em três ocasiões, nas quais foi gravado um total de 68 minutos. Ruth é descendente de escravos e sócia do 12 de Outubro desde os 8 anos de idade. Casou-se com João Luís Brenes, também negro; foi militante do movimento negro e “Rainha do 12”⁹ por volta do ano de 1965. É a depoente que relata em maiores detalhes as atividades do clube 12 de Outubro bem como as questões relacionadas ao preconceito sofrido pelos negros no Clube Comercial e na sociedade palmeirense como um todo.

Tem-se aqui a oportunidade de introduzir apontamentos sobre o uso da história oral. Neste trabalho específico a opção por esta metodologia se apresentou primeiramente como uma solução, em função da inacessibilidade aos documentos relativos ao Clube 12 de Outubro. Entretanto, dado ao fato de que o objetivo fundamental não era uma reconstrução factual do que aconteceu dentro dos clubes entre 1940 e 1970; mas a forma como os indivíduos formaram suas identidades sociais e como as representam agora; a história oral aparece não mais apenas como uma solução para a falta do documento escrito, mas como a metodologia ideal para responder às questões colocadas. Só o testemunho das pessoas permitiu-nos compreender detalhes sobre a forma como os conceitos eram pensados e colocados em prática através do discurso e da vivência cotidiana; só o depoimento vivo foi capaz de fazer-nos visualizar o processo de construção de identidades através das décadas do recorte.

A opção pela metodologia da história oral revelou-se um grande desafio. Para além da teoria e da ciência, o trabalho com a história oral requer muito daquilo que se pode chamar de humanidade, no sentido mais literal da palavra. É um exercício complexo o processo de transformar esta experiência presencial, tão carregada de valores e sentimentos, em uma fonte histórica da qual se possa extrair informações sobre a história. Como perfeitamente colocou Paul Thompson (1998), neste caso a reconstrução da história se torna um processo de colaboração muito mais amplo, em que os não-profissionais devem desempenhar um papel crucial. São os leigos, pessoas na maioria das vezes idosas, que detêm

⁹ O concurso de rainhas e princesas era muito tradicional em ambos os clubes. Tratava-se de uma concorrência nas quais eram “vendidos” votos com o intuito de angariar dinheiro para os clubes. A mais “votada” era coroada em baile de gala.

as informações que queremos; e então ao invés de cientistas, nos tornamos ouvintes e nos sentamos perto deles para aprender coisas que não sabemos. Isso sem contar no aspecto mais determinadamente humano que o contato significa. Para os idosos, falar sobre o passado faz com que recuperem aspectos identitários e valorativos que não raramente estavam esquecidos. É gratificante para eles perceber que as suas memórias e a sua vivência têm algo a ensinar às gerações mais jovens, ou que pelo menos a vida que viveram faz algum sentido dentro de um contexto maior. As possibilidades da utilização deste tipo de história para finalidades sociais e pessoais construtivas são inúmeras, destacando o aspecto de que cada vida é única e de que todas as vidas são interessantes.

Até hoje, há os que vejam com reservas a utilização de entrevistas como fonte para a história. Não faltam os que acusam a história oral de tendenciosa, imprecisa e não confiável. Parece impressionante que o documento escrito, ainda hoje, desempenhe um papel tão preponderante no imaginário de alguns historiadores quanto à fidedignidade do mesmo como fonte histórica. Entretanto, dado ao atual nível de desenvolvimento da crítica com relação às fontes com que trabalhamos, fica clara a impossibilidade de se eliminar completamente o viés de qualquer fonte ou trabalho realizado na área de história, justamente por se tratar de um trabalho de humanos sobre outros humanos localizados em um determinado período no tempo. Não há nenhuma razão para ainda se acreditar que um documento produzido pelo Estado seja um testemunho mais fidedigno sobre as relações sociais do que o depoimento de uma senhora que viveu o mesmo período e encontra-se em condições de lembrar e contar. Seria um grande desperdício se a história, por puro preconceito ou medo da experiência humana que a entrevista pressupõe, desperdiçasse a oportunidade de se enriquecer e chegar a detalhes impossíveis de ser alcançados por outras metodologias que não a da história oral (THOMPSON, PAUL, 1998).

Com relação à história de grupos minoritários, que tiveram sua trajetória escrita pelos seus dominadores ou sobre os quais se criou uma imagem permeada pelo preconceito e pelo desconhecimento, a contribuição da história oral é inestimável. Segundo Paul Thompson, ela pode indicar distorções com relação a informações e desfazer os argumentos que não raramente sustentam situações de desigualdade e racismo. A história oral alcança aquilo que de outro modo seria inacessível pela falta de registros escritos e onde eles existem pode oferecer um corretivo fundamental a eles. Citando O próprio Paul Thompson (1998, pg. 137);

(...) “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estarão sujeitas a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”.

Além do uso da evidência oral, utilizou-se a documentação interna do Clube Comercial, mais especificamente o Livro de Atas de Novembro de 1904, no qual consta a ata de fundação do Clube e livros de registros de sócios dos anos de 1940 e 1970. Nesta documentação procurei nomes de associados que tivessem participado da política na cidade e na região, bem como de associados com sobrenomes que remetessem às famílias mais influentes economicamente no município com o objetivo de confirmar as informações que atribuíam o status de “clube da elite” ao Clube Comercial.

Com relação aos conceitos de raça e classe, e ao modo como se articulam socialmente na formação de representações identitárias, buscou-se também auxílio na Sociologia e na Antropologia. Sempre foi fundamental no Brasil a associação entre cor e posição social. O estudo da forma como se dava essa associação ocupou boa parte dos cientistas sociais durante décadas, e ainda hoje continua possibilitando novas abordagens teóricas. Em função do conceito de raça biológica estar absolutamente ultrapassado, creio ser óbvio que não é nesta acepção que o termo raça figurou nesta pesquisa. Optou-se por utilizar esta terminologia em função de tê-la encontrado nos discursos dos depoentes, como o fez Dona Gemina Conceição, ao explicar-nos que seu marido “era da raça”. Portanto, partilhamos neste trabalho a visão do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, que acredita na existência da “raça” como uma construção social. Nas palavras do próprio Guimarães,

“‘raça’ não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’” (GUIMARÃES, 2002, p.50)

A utilização do termo “raça” passa atualmente por um debate intenso, pois há os que acreditam que seu uso não se justifica na atualidade por não ter nenhuma utilidade prática

ou teórica no mundo globalizado. Entretanto, coloco-me ao lado daqueles que acreditam que o que chamamos “raça” tem existência nominal e efetiva no mundo social, sendo neste lugar exclusivamente que pode ter realidade plena (GUIMARÃES, 2002).

O conceito de classe foi utilizado aqui com significação que vai além da tradicional visão econômica de classe social. Além de significar uma divisão social na qual se agrupam pessoas com o mesmo perfil econômico, o conceito de classe para a pesquisa é também o que expressa uma condição social; um grupo de status atribuído, ou seja, um grupo de interesses e uma forma de identidade social.

E. P. Thompson demonstra a importância do aspecto cultural na constituição das classes, onde apesar do aspecto econômico ser predominante, o simbólico aparece como fator importante na difusão da cultura das classes sociais. Ou seja, segundo E. P. Thompson a classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do "conjunto de suas relações sociais", com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural (THOMPSON, 1987). O autor considera que o fator cultural é um dos elementos que constituem a classe, mas enfatiza a importância da consciência de classe, sem a qual a própria classe não existe para além de uma categoria analítica. Para esta pesquisa foi importante esta concepção da necessidade da existência de uma consciência de classe construída através de experiências vividas por um determinado grupo social e expressas nas formas culturais. Para fazer parte de determinada classe não basta ter o mesmo nível econômico, é necessário que haja identificação com os valores e interesses juntamente com a consciência de que estes valores são partilhados por todo o grupo. Importante ressaltar que Thompson entende a classe como um fenômeno histórico e não com uma “estrutura” ou “categoria”, mas como algo que acontece efetivamente e que tem importância demonstrável nas relações humanas.

Outro conceito importante para o desenvolvimento deste trabalho foi o de memória. A memória pode ser descrita como a propriedade de conservar determinadas informações, remetendo-nos primeiramente a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar informações e impressões sobre o passado ou sobre o que ele representa como passado (LE GOFF, 1996). Estas atualizações das informações passadas não se fazem de modo mecânico, a atividade mnemônica do cérebro e do sistema nervoso se desenvolve de forma mais complexa. Lê-se em Paul Thompson:

“Admite-se, em geral, que o processo da memória depende do da percepção. Para aprendermos alguma coisa, temos primeiro que compreendê-la. Nós a prendemos em categorias, percebendo como as informações se ajustam, e isso nos possibilita reconstruí-la numa ocasião futura, ou reconstruir alguma aproximação daquilo que compreendemos. (THOMPSON, PAUL. 1988, p. 150)

A memória, de acordo com Jacques Le Goff, “é um elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1996). Ainda, segundo o grande medievalista,

“a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF. 1996, p. 477)

Ainda com relação à memória, importante ressaltar que a explicação tradicional sobre a relação entre a história e a memória, na qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história reflete a memória, hoje já se apresenta como demasiadamente simplificada (BURKE, 2000). Tanto a história quanto a memória aparecem como muito mais problemáticas e

“Lembrar o passado e escrever sobre ele não mais parecem as atividades inocentes que outrora se julgava que fossem. Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. Nos dois casos os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação ou distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados.” (BURKE, 2000)

Portanto, nesta pesquisa, as memórias dos depoentes foram tomadas exatamente como tais, ou seja, representações dos mesmos sobre fatos que vivenciaram. Neste caso, o que se busca não é a “verdade” dos fatos, mas justamente a forma como os acontecimentos funcionam na memória das pessoas; o que ficou e o que foi descartado. São as memórias, em alguns casos de velhos a quem há muito tempo ninguém perguntava nada, que expressam percepções e

impressões sobre algo tão complexo quanto a formação de uma identidade social; para auxiliar na reconstrução de um passado fragmentado e quase que adormecido.

Com relação ao recorte temporal da pesquisa, acho importante acrescentar neste momento alguns comentários sobre o debate que se dava na historiografia e nas ciências sociais brasileiras entre as décadas de 40 e 70 no que se refere ao processo de construção da identidade nacional. A produção acadêmica sofre, neste período, profundas mutações. Na década de 1930 aparece com força o ideal da mestiçagem, trabalhado por Gilberto Freyre principalmente nas obras *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Para Freyre o negro aparece como um elemento constituinte decisivo na formação da civilização brasileira. Para o autor, as relações entre brancos e negros aparecem permeadas por ligações de ordem afetiva e ao mesmo tempo violentas e brutais. As referências de Freyre ao paternalismo reinante nas relações inter-raciais e sua interpretação de que estas teriam evoluído para um aristocracismo político que permitiu a democratização das relações raciais foi livremente traduzido para uma concepção de “democracia racial”. A idéia de que o Brasil era um país no qual a cor não funcionava como uma barreira impeditiva para a ascensão social da população, sem leis que impedissem a ocupação de cargos oficiais ou posições de prestígio e riqueza por pessoas de cor era uma idéia bastante difundida no mundo antes mesmo da sociologia começar a se ocupar desta discussão.

Nos anos de 1951 e 1952 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) patrocinou pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, com o objetivo de demonstrar ao mundo o funcionamento do que se acreditava ser uma experiência bem sucedida que integrava negros e brancos num convívio social não-conflituoso. Este projeto mobilizou cientistas sociais brasileiros e estrangeiros, e pode ser considerado um marco na compreensão dos processos de segregação do negro na sociedade, uma vez que foi a partir dele que começou a se desfazer a idéia de uma democracia racial. Entretanto, a ênfase dos estudos tendia quase que invariavelmente a deslocar-se da questão racial para a questão das classes e a especificidade do nosso sistema de relações raciais creditava-se à permanência de uma hierarquia estamental criada pela escravidão (GUIMARÃES, 1996). Segundo Guimarães, inserem-se nesta proposta os estudos clássicos de Donald Pierson, Marvin Harris e Thales de Azevedo.

Dois outros estudos importantes, ainda que já tenham sido contestados em suas limitações teóricas, são *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, e *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso.

Ainda no esteio do Projeto UNESCO, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de 1965, ocupa posição incontestável no conjunto da reflexão de Florestan Fernandes sobre as relações raciais no Brasil. O autor situa a problemática na passagem da sociedade tradicional para a sociedade de classes e investiga a situação dos negros no prisma das formas sociais excludentes e das possibilidades de integração. A exclusão do negro do processo de ajustamento ao novo regime de produção capitalista projetou-os a uma realidade na qual poderiam concorrer livremente por posições econômicas, sem, entretanto terem sido instrumentalizados para isso e sem tampouco terem sido liberados dos efeitos diretos da classificação de “ex-escravo”. Fernandes, ainda que desmonte o mito da sociedade racialmente aberta, negligencia a temática da raça como uma variável independente, preterindo-a em favor da abordagem centrada nas classes sociais.

Fernando Henrique Cardoso, juntamente com Paul Singer, José Arthur Gianotti e Otávio Ianni; também faz parte do grupo que tinha, entre outros objetivos, o de destruir uma possível mitificação responsável pela idéia de abrandamento dos conflitos entre senhores e escravos. Em *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, lançado originalmente em 1962 como tese de doutorado, Fernando Henrique faz um estudo abrangente do sistema escravocrata do Sul do Brasil, apontando o capitalismo incompleto gerado através das limitações da divisão social do trabalho na escravidão. A obra veio a renovar a discussão sobre o uso da mão-de-obra escrava no Brasil e rompe com a visão idealizada das relações cordiais entre escravos e senhores. Seu trabalho também contribui pra acabar com o mito de democracia racial no país, ao apontar as durezas enfrentadas pelos ex-escravos para se inserirem na sociedade de classes em formação.

Este trabalho apresenta-se então, estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo faço uma breve discussão a respeito da produção acadêmica das décadas de 1940 e 1970 no que se refere às questões de raça e classe e de sua importância no processo de formação da identidade brasileira; bem como as questões relativas ao relacionamento entre brancos e negros no país.

No segundo capítulo delimito temporal e geograficamente o trabalho, apresentando um breve histórico da formação étnica e política do município de Palmeira das Missões e dos clubes Comercial e 12 de Outubro.

No terceiro capítulo apresento com maiores detalhes os depoentes, suas relações familiares, atuação dentro das entidades e inserção na sociedade mais ampla. É nesta parte, através da análise dos depoimentos no que concerne a relações familiares, relações entre os sócios dos clubes e episódios de discriminação ou racismo que procuro responder às questões centrais que motivaram a pesquisa: os mecanismos de formação de identidades através da articulação dos conceitos de classe e raça.

1 CLASSE E RAÇA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA (1940 – 1970)

Durante a Primeira República, o debate sobre a identidade nacional brasileira ocupou papel central na esfera intelectual do Brasil. Era praticamente um consenso a idéia de que o País não constituía uma nação, no máximo reunia províncias pouco integradas que foram transformadas em estado pela constituição republicana de 1891. Para alguns intelectuais a base racial que formava o Brasil era um obstáculo insuperável no processo de constituição de uma identidade nacional; vislumbrando num processo intenso de imigração uma saída favorável para a nação brasileira. Nesta perspectiva, o grande problema da nacionalidade estava justamente no povo, que deveria ser substituído (SKIDMORE, 1976). O significado da palavra raça neste contexto era bastante impreciso e as idéias de superioridade racial estavam presentes mesmo entre os críticos da primeira corrente intelectual.

O tema preponderante nas discussões sobre a política imigratória nas primeiras décadas da República é o da assimilação associado à miscigenação enquanto processo histórico de formação de um “tipo” nacional. Desenvolve-se toda uma teoria de classificação nas quais o negro ocupa o último lugar na escala de “valor” das “raças”. Autores como Sílvio Romero propõem que a solução para o problema da formação de um tipo social brasileiro esteja na mestiçagem, mas evitando os “cruzamentos” entre as raças inferiores (negros, índios, massa mestiça) para que seu número diminua e venha a desaparecer no futuro. A imigração de italianos e alemães aparece como fator de cooperação para a “extinção” dos mestiços, negros e índios no Brasil. Neste contexto, o uso do termo raça não tem qualquer compromisso com os conceitos delineados na ciência; sendo que termos como raça negra, raça latina, tipo latino, tipos mestiços e assim por diante são usados de forma aleatória para classificar e hierarquizar a população brasileira através de critérios de superioridade e inferioridade, quase sempre associados a traços de caráter racialmente determinados (SEYFERT, 1996).

A partir de 1930 pode-se dizer que ocorre uma espécie de reinvenção do conceito de raça, influenciada certamente pelo discurso de Gilberto Freyre nos aclamados e polêmicos *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. No pensamento freyriano o negro aparece como um elemento constituinte e decisivo na formação da civilização brasileira, sendo que as relações entre brancos e negros estiveram permeadas sempre por ligações de ordem afetiva, ainda que às vezes violentas. De acordo com Guimarães (2000) Freyre concebia a estrutura social brasileira como marcada pelo paternalismo; que ainda que tenha evoluído para certo

aristocracismo político, permitiu a democratização das relações raciais. Justamente o contrário do que se via nos Estados Unidos, que evolui no sentido de uma democracia política e de um aristocracismo racial. Gilberto Freyre ficou famoso como tendo sido o autor do termo “democracia racial”, quando a expressão não aparece nenhuma vez em suas obras mais importantes. O responsável por atribuir a autoria da expressão à Freyre foi Roger Bastide, em artigo publicado em 1944, numa livre tradução das idéias de Gilberto Freyre sobre a democracia brasileira (GUIMARÃES, 2002). A partir daí o uso desta expressão disseminou-se e foi utilizada tanto dentro da academia quanto fora dela, tornando-se não apenas célebre, mas a própria síntese do pensamento de toda uma época e de toda uma geração de cientistas sociais.

A idéia de que o Brasil era um país no qual a cor não funcionava como uma barreira impeditiva para a ascensão social da população, sem leis que impedissem a ocupação de cargos oficiais ou posições de prestígio e riqueza por pessoas de cor, era uma idéia bastante difundida no mundo antes mesmo da sociologia começar a se ocupar desta discussão. No Brasil moderno, esta idéia deu lugar à construção do mito de uma sociedade sem preconceitos e sem discriminação racial. Nos anos de 1951 e 1952 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) patrocinou pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, com o objetivo de demonstrar ao mundo o funcionamento do que se acreditava ser uma experiência bem sucedida que integrava negros e brancos num convívio social não-conflituoso. A partir de então, ocorre uma ampliação e diversificação do quadro das relações sociais no Brasil, possibilitando novas leituras a cerca da sociedade brasileira num contexto de acelerado processo de modernização capitalista (MAIO, 1997). Este projeto mobilizou cientistas sociais brasileiros e estrangeiros, e pode ser considerado um marco na compreensão dos processos de segregação do negro na sociedade, uma vez que foi a partir dele que começou a se desfazer a idéia de uma democracia racial. O Brasil da miscigenação e da convivência pacífica, com cada ator social ocupando o lugar que lhe cabia começa a ruir. Entretanto, a ênfase dos estudos tendia quase que invariavelmente a deslocar-se da questão racial para a questão das classes. Os problemas relacionados à segregação da população negra após a abolição da escravidão não eram creditados a questões raciais, mas a questões econômicas e sociais. Já a especificidade do nosso sistema de relações raciais creditava-se a permanência de uma hierarquia estamental criada pela escravidão (GUIMARÃES, 1996).

Segundo Guimarães, inserem-se nesta proposta os estudos clássicos de Donald Pierson, Marvin Harris e Thales de Azevedo. Em *Branços e Pretos na Bahia*, editado nos

Estados Unidos pela primeira vez em 1942, Donald Pierson classifica a sociedade baiana como de livre competição, visto que não existiam barreiras legais ou o uso da violência que impedissem a ascensão social e econômica de negros e mulatos. Pierson sugere também que a compartimentação rígida detectada na cidade de Salvador; que segregava negros e mulatos em bairros específicos era transitória e deveria se desfazer de forma gradual ao incorporar cada vez mais mulatos e mestiços em suas classes dominantes. A suposta segregação transitória era creditada a uma desvantagem inicial dos negros, materializada na escravidão; na falta de educação e de recursos materiais. As exceções às correspondências entre classe e cor são tomadas como falsificadoras naquela simetria, como prova de que a cor não funcionava como princípio organizativo, mas sim as classes. Parece que a polaridade teórica formada por classes e castas, compreendidas como uma simples dicotomia entre camadas abertas e fechadas impedisse Pierson de observar a rigidez histórica das posições sociais. O autor pensa a dicotomia classe/casta em termos de ausência ou presença de uma “linha de cor”, dada a existência de mestiços tanto entre ricos quanto entre pobres. A inexistência de classificação bipolar entre brancos e pretos é tomada como a ausência de uma linha de raça ou de casta, e essa ausência é automaticamente expressa pelo conceito de classe, um grupo social aberto. Esse procedimento é facilitado pelo fato de Pierson não usar a auto-definição de cor, empregando critérios absolutos, fisionômicos, para definir as cores ou raças. Em resumo, para Pierson (1942) na sociedade baiana e brasileira em geral não existiam castas raciais ou mesmo grupos raciais, visto que pretos e mestiços eram encontrados em todas as classes e grupos na sociedade. Dada a inexistência de uma linha de cor separando o contato e impedindo a interação entre os membros de uma classe e os grupos sociais entre si; o Brasil seria tipicamente uma sociedade multirracial de classes. A simplicidade dessa conceituação e sua obviedade apenas reproduziram em linguagem científica o que já era o senso comum de brasileiros e estrangeiros em 1940.

Entre 1951 e 1952, Thales de Azevedo conduz um segundo estudo empírico em Salvador sobre as relações raciais na Bahia. Publicado em francês em 1953, *As Elites de Cor* ganha sua primeira edição em português em 1955. Teoricamente, o estudo não acrescenta muito em relação ao que Donald Pierson havia feito; tomando de empréstimo inclusive a tese de que o Brasil seria uma “sociedade multirracial de classes”. Entretanto, o ensaio inova muito ao constatar e documentar a importância do status atribuído, principalmente a origem familiar e a cor; sobre o status adquirido, como aquele proveniente da riqueza e da ocupação. Azevedo, segundo Guimarães (1996) explicita os diversos caminhos utilizados pelas pessoas de cor para

ascender socialmente, como as profissões liberais e a educação. Descreve também o casamento como mecanismo para alcançar status, ocorrendo geralmente uma troca de posição econômica e social (riqueza, cultura) por prestígio social (ingressar numa família branca); no caso de matrimônios entre moças brancas pobres e mulatos bem-sucedidos¹⁰. Thales constata que em 1953 são as redes pessoais, as boas maneiras, as etiquetas aristocráticas e a “qualidade”¹¹ das pessoas os principais veículos ou obstáculos à sua ascensão social na sociedade baiana. Mas, embora etnograficamente registrados, o preconceito e a discriminação existentes são acomodados no esquema teórico delineado anteriormente por Pierson e interpretados como baseados principalmente em distinções de classe¹².

Trinta anos depois de Pierson, Marvin Harris retoma a tese da discriminação social em detrimento da discriminação racial. Em *Padrões Raciais nas Américas*, Harris aperfeiçoa o argumento se colocando contra duas teses clássicas que procuraram anteriormente explicar o teor não conflitivo das relações sociais no Brasil. A primeira é a que enuncia que tal especificidade seria devida à colonização portuguesa. A segunda argumenta que a não existência de conflitos raciais fosse devida ao tipo de regime que se desenvolveu no Brasil. De acordo com Guimarães, “as teorias que se apóiam numa pretensa miscibilidade dos portugueses e na particularidade do seu ethos, como avançadas por Gilberto Freyre e absorvidas por Pierson e Azevedo, estão prenhes de um neolamarckismo mal disfarçado”. (GUIMARÃES, 1996, p.151) Ao se opor a essas teorias, Harris, ao contrário, se baseia na biologia contemporânea para rejeitar por completo a idéia de raça biológica. Ele segue rigorosamente a formulação de que as únicas raças existentes seriam sociais. Procura também desmontar a idéia de que o tipo de escravatura na América do Norte fosse diferente daquela da América do Sul ao ponto de explicar as diferenças na forma de classificar e interagir racialmente. Harris sustenta que, no Brasil, a discriminação de classe mostrou-se historicamente suficiente para manter os privilégios sociais e raciais dos dominantes sem que

¹⁰ Segundo Thales de Azevedo as negras e as mulatas dificilmente poderiam atrair brancos empobrecidos, pois não tinham nem prestígio social para oferecer (tais homens se “enegreceriam”) nem riqueza, dadas as barreiras de gênero para o desempenho econômico. Às mulheres negras e mestiças restava a concubinação.

¹¹ Para o autor, “qualidade” funciona como sinônimo de “cor”.

¹² Azevedo, em ensaio de 1956, superará sua limitação teórica. . Ele tomará emprestado da sociologia alemã de Tönnies e Weber as categorias de classe e de grupos de prestígio ou estamentos para referir-se à estratificação dos grupos de cor, aplicando-as à Bahia da mesma maneira que Lloyd Warner havia anteriormente feito com as categorias de classe e casta em referência ao sul dos EUA. A inovação de Thales consiste justamente em teorizar a transição do Brasil colonial, arcaico, para um Brasil moderno, capitalista em termos da passagem de uma sociedade de status para uma sociedade de classes, indicando como a associação entre status e cor permanecia incólume nessa transição

estes precisassem apelar diretamente para uma estratégia étnico-racial. A construção social da raça teria se limitado a um sistema valorativo branco-preto onde o branco polarizaria os valores positivos, restando ao negro os valores negativos. Tal construção racial seria, portanto, capaz de gerar e alimentar preconceitos raciais, mas incapaz de sustentar discriminações raciais sistemáticas pela simples ausência de regras objetivas de pertinência grupal e de descendência racial. Sem ser o paraíso racial que sugerem as idéias de Pierson, o Brasil seria, ainda assim, uma sociedade onde as discriminações seriam de classe e não de raça.

Dois outros estudos clássicos, ainda que já tenham sido contestados em suas limitações teóricas, são *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, e *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso. *A Integração do negro na Sociedade de Classes*, de 1965, ocupa posição incontestável no conjunto da reflexão de Florestan Fernandes sobre as relações raciais no Brasil. A obra expressa o amadurecimento de suas análises referentes à condição social dos ex-escravos e descendentes e demarca um momento de viragem na sua compreensão do Brasil. O livro é a culminância de um processo de reflexão e ao mesmo tempo aponta para problemas e temas futuros, a serem contemplados pelo autor. Florestan se preocupa em compreender os processos geradores dos dilemas presentes na constituição da ordem capitalista no Brasil; evidentes na marginalização dos negros e mulatos e que resultou na realização parcial dos requisitos inerentes à sociedade moderna. O autor situa a problemática na passagem da sociedade tradicional para a sociedade de classes e investiga a situação dos negros no prisma das formas sociais excludentes e das possibilidades de integração. A obra, dividida em dois volumes, é permeada pela referência conceitual que reside na noção de ordem social competitiva. Para Fernandes, os egressos do cativeiro teriam sido incapazes de mobilizar as novas regras sociais, o que era indispensável para que conseguissem se tornar agentes livres do trabalho. Incapazes de fazer frente à competição por trabalho, os negros não conseguiram enfrentar os imigrantes, justamente por não terem conseguido absorver as normas intrínsecas da sociedade que emergia. Em suma, Florestan escreveu que a falta de capacidade de superação da condição escrava impediu o negro de assimilar as potencialidades presentes na situação de classes. A exclusão do negro do processo de ajustamento ao novo regime de produção capitalista projetou-os a uma realidade na qual poderiam concorrer livremente por posições econômicas, sem, entretanto terem sido instrumentalizados para isso e sem tampouco terem sido liberados dos efeitos diretos da classificação de “ex-escravo”. Segundo o autor (FERNANDES, 1965), em plena fase de consolidação da ordem social competitiva do regime

de classes, a população de cor subsiste numa posição ambígua, representada confusamente, como se constituísse um estamento equivalente ao ocupado pelos libertos na velha estrutura social.

A tese de Florestan Fernandes, segundo Arruda (1996) se centra na idéia de que a vivência dos estados de anomia e heteronomia, por parte desse contingente de marginalizados, diluiu a construção da nova identidade que, em última instância, sequer se forma (ARRUDA, 1996). Relegados após a escravidão, produziram, no momento seguinte, situação aberrante nos quadros da nova sociedade, por perpetuarem princípios passadistas de formação das posições e papéis sociais. Para ele, o regime extinto não desapareceu após a abolição, permaneceu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais. A convivência de tempos diversos indica claramente que a ordem social e a ordem racial da sociedade inclusiva se transformavam com intensidades desiguais; como se o modelo da organização de castas ainda imperasse. Fernandes, ainda que desmonte o mito da sociedade racialmente aberta, negligencia a temática da raça como uma variável independente, preterindo-a em favor da abordagem centrada nas classes sociais.

Fernando Henrique Cardoso foi aluno de Florestan Fernandes e compartilhava de várias de suas concepções no que diz respeito a ordem social e racial brasileiras. Juntamente com Paul Singer, José Arthur Gianotti e Otávio Ianni; faz parte do grupo que tinha, entre outros objetivos, o de destruir uma possível mitificação responsável pela idéia de abrandamento dos conflitos entre senhores e escravos. Em seu livro *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, lançado originalmente em 1962 como tese de doutorado, Fernando Henrique faz um estudo abrangente do sistema escravocrata do Sul do Brasil, apontando o capitalismo incompleto gerado através das limitações da divisão social do trabalho na escravidão. Este capitalismo incompleto não seria capaz de competir no cenário internacional com outros países cujo desenvolvimento capitalista tivesse sido pleno; sendo este fato responsável direto pelo atraso econômico e social do Brasil. A obra veio a renovar a discussão sobre o uso da mão-de-obra escrava no Brasil e rompe com a visão idealizada das relações cordiais entre escravos e senhores. Fernando Henrique também rompe com a corrente que tendia a ver a escravidão no Brasil como uma espécie de feudalismo. Seu trabalho contribui pra acabar com o mito de democracia racial no país, ao apontar as durezas enfrentadas pelos ex-escravos para se inserirem na sociedade de classes em formação. Como se vê, Cardoso prolonga ao sul do Brasil as premissas de Florestan Fernandes, focalizando a questão da discriminação e da miséria em questões de ordem econômica e não raciais.

As premissas que embasavam o pensamento das teorias delineadas nos parágrafos anteriores no que se relaciona à atuação dos negros; quer no período da escravidão quer no pós-abolição; foram na maioria desconstruídas através de novas abordagens e novas fontes historiográficas. A visão dos escravos como “coisas” e vítimas passivas, incapazes de criar formas de atuação e valores próprios passou a ser amplamente refutada principalmente a partir de 1980. O negro passa a ser representado como sujeito histórico capaz de protestar, de encontrar brechas no sistema para lutar por direitos e agir ativamente no processo de constituição da sua cidadania e de sua liberdade. Novas abordagens e novas perspectivas históricas evidenciaram as diferentes formas pelas quais os escravos se mostravam atuantes e os retiram do papel de receptor passivo de opressão e violência. Através da análise de documentos através dos quais se torna possível refazer a trajetória de sujeitos que vivenciaram cotidianamente a escravidão, Sidney Chalhoub evidenciou as diversas formas de negociação possíveis entre senhores e escravos em diversas dimensões da vida social. Na mesma linha, Robert Slenes vem criticar o uso exclusivo de relatos de viajantes estrangeiros como fontes confiáveis, pois expressam a visão eurocêntrica de um fenômeno que muitas vezes não era compreendido em sua plenitude. Slenes é defensor de uma história pelos próprios agentes, ou seja, o povo comum que atuou e viveu naquela conjuntura, escrita muito com base em registros cartoriais. Outros intelectuais importantes que buscam evidenciar as diversas formas possíveis de resistência e atuação dos afro-descendentes são Maria Helena Machado, Hebe Mattos, Sílvia Lara e Célia Azevedo, dentre outros.

A questão da integração social dos ex-escravos e seus descendentes na nova ordem econômica é bastante complexa. Os afro-descendentes traçaram diversas estratégias para alcançar esta integração. Estas estratégias extrapolavam o campo de atuação econômico e emergiam também no plano cultural. Já da época colonial tem-se notícia de associações negras que desempenhavam desde a função de um espaço para livre expressão cultural e religiosa até um papel de auxílio na compra de alforrias ou diminuição de abusos e maus-tratos por parte de senhores de escravos. Outras organizações importantes para a etnia negra foram as irmandades religiosas, afiliadas à Igreja Católica e que tinham funções beneficentes e de auxílio aos filiados. Com a abolição em 1888, o processo de integração social se generalizou e apareceram os clubes culturais e blocos carnavalescos independentes.

Entre 1920 e 1930 ocorre uma enorme profusão de associações negras culturais e beneficentes em todo o país, na maioria aceitando em seus quadros apenas negros e pardos. Distantes das discussões acadêmicas sobre as questões que diziam respeito à permanência ou não do estigma da escravidão, estas associações pretendem, em sua maioria, proporcionar um espaço alternativo de lazer a uma camada da população que não tinha, ainda que livre, acesso a outros espaços de socialização.

Costa Pinto via o aparecimento destas associações como consequência inevitável da direção e do ritmo em que se modificava a estrutura social do Brasil. Ainda segundo o autor estas mudanças na estrutura social ocasionavam alterações importantes na posição do negro, na economia e na sociedade nacional; “alterações de *posição* no sentido mais largo do termo, que implicam no aparecimento de uma série de problemas novos e no agravamento de muitos antigos.” (PINTO, 1998 p. 214)

Quanto ao caráter das associações negras, Costa Pinto (1998) pondera que elas refletem na sua história uma multiplicidade de formas e uma multiplicidade de graus de uma tomada de consciência total ou parcial de seu problema, que vai, segundo o autor, da passividade à agressividade, da negação de sua existência à hipertrofia de sua significação.

Durante a ditadura militar, qualquer tipo de manifestação de cunho étnico-racial poderia ser acusada de subversiva, o que fez com que as organizações negras entrassem em uma fase de forçado silêncio no que se referia à luta por demandas no campo de atuação política. Levantar o tema da discriminação era desacreditar a “democracia racial”, atitude que não era tolerada pelos militares que usavam e abusavam da propaganda para disseminar a crença na sua “democracia”. Entretanto, formas de resistência à discriminação persistiram e no dia 7 de julho de 1978 ocorreu em São Paulo um grande ato público contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros em um clube. Esta manifestação deu origem ao Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU). Ainda que venha a se tornar um espaço de discussão e apontamento da atuação de uma forma mais organizada, o MNU não reflete em si toda a forma de luta dos afro-descendentes, uma vez que mesmo durante a escravidão já existiam formas de resistência individual e coletiva às imposições do regime escravocrata e posteriormente da nova ordem capitalista.

Verificar então a forma como se articulavam na memória dos antigos sócios dos clubes 12 de Outubro e Comercial as questões relativas a grupos sociais e cor/raça; extrapola os limites desta circunscrição e se insere em um debate maior em que se tenta compreender como as questões relativas a estes termos eram pensadas e influenciavam no processo de

formação identitária da população brasileira. Relevante também foi poder compreender como os agentes percebiam a questão do preconceito de cor quando a idéia de uma democracia racial começa a ruir.

2 HISTÓRICO DE PALMEIRA DAS MISSÕES E DOS CLUBES COMERCIAL E 12 DE OUTUBRO

Para compreender as relações e poder analisar criticamente a formação das memórias de sócios dos clubes Comercial e Doze de Outubro, tendo como foco analítico as questões de raça e classe, torna-se de fundamental importância conhecer a história do município de Palmeira das Missões e de sua formação e constituição étnica.

Palmeira das Missões foi, até o ano de 1874, parte integrante do município de Cruz Alta. A lei número 928, de 6 de maio de 1874, eleva a freguesia à categoria de Vila, que passa a compreender os territórios do 3º distrito de Cruz Alta e do 3º distrito de Passo Fundo. Em 1877 a lei número 1091 fixa os limites territoriais que fariam de Palmeira, até o ano de 1933, o maior município do Rio Grande do Sul. A partir desta data, ocorreram sucessivos desmembramentos que originaram dezenas de outros municípios gaúchos.

De acordo com Thiago Araújo (2008) por volta de 1800 dois fluxos migratórios seriam determinantes para a ocupação do território do atual Rio Grande do Sul após a conquista das Missões, que o fez praticamente dobrar de tamanho. Enquanto a maioria dos rio-grandenses oriundos dos quatro primeiros municípios criados na Capitania de São Pedro em 1809 (Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha) se dirigia para a campanha, os paulistas migravam para a região que viria a ser a vila de Cruz Alta. Os paulistas já tinham tradição na pecuária e muitos migraram trazendo seus escravos com o intuito de estabelecer ligação comercial entre o planalto rio-grandense e o paranaense. A ocupação do território tinha também objetivos de defesa estratégica contra as investidas dos espanhóis.

Ainda segundo Araújo (2008), o processo de ocupação das terras do planalto do Rio Grande do Sul esteve marcado pela presença de militares que já eram ou vieram a se tornar estancieiros. Por volta do ano de 1850 os campos nativos da região já haviam sido todos apropriados através de concessão por autoridades militares locais ou por meio da compra de vastas áreas por valores irrisórios. Outro fator importante que influenciou o processo de ocupação de terras e as atividades produtivas que se desenvolveram na vila de Cruz Alta foi o geográfico. O predomínio de campos e florestas na região contribuiu para a formação de duas formas de estabelecimentos rurais; as grandes fazendas de gado nas zonas de campo nativo e a agricultura de subsistência nas áreas de floresta; que era desenvolvida em pequenas

propriedades por lavradores nacionais que também eram extrativistas de erva-mate. Segundo Araújo:

“A primeira fase de ocupação das terras ocorreu com a apropriação dos campos nativos e a concomitante formação das estâncias agropastoris. Na segunda fase, que de certa forma transcorreu paralelamente à primeira, ‘houve uma frente extrativista que avançou sobre as terras florestais em busca de erva-mate’. Esta teria sido, em um primeiro momento, uma possibilidade de produção autônoma para parte da população que não havia se tornado estancieiro. Os ervais tinham a condição de terras públicas, o que permitia o acesso da população pobre ao extrativismo e às roças, embora esta condição fosse instável à medida que a terra estava sujeita a um processo de ‘privatização’ pelas elites locais, a partir da década de 1860. A atividade extrativista teria se baseado, principalmente, no trabalho com assalariamento temporário sujeito ao endividamento com os estancieiros. Nos meses de entressafra, porém, os extrativistas dedicavam-se ao trabalho nas roças de onde proviam sua alimentação.”

Recuemos um pouco mais no tempo, para falar das origens do povoado que viria a dar origem ao município de Palmeira. Sabe-se que primitivamente a região, antes da chegada do “homem branco”, era habitada por indígenas do grupo Ge; divididos em Botocudos, Bugres, Caingangos e Coroados. Para Soares (1974) os primeiros homens brancos a cruzarem o território do antigo município de Palmeira foram provavelmente os Jesuítas dos Sete Povos das Missões, ainda que não tenham desenvolvido vinculação direta com o lugar. Em sua empreitada catequizadora muitos perderam a vida. Dentre eles contam-se os chamados “Três Mártires”¹³; Padre Roque Gonzáles, Padre Afonso Rodrigues e Padre João del Castillo, mortos pelos índios em Caaró no dia 15 de novembro de 1627.

Nos dias atuais, a origem indígena é fortemente depreciada na região do planalto gaúcho, talvez em função da situação degradante em que se encontram os indígenas remanescentes que sobrevivem à beira das estradas vendendo seus artesanatos ou esmolando. As denominações “bugre” e “pelo - duro” são usadas para designar pessoas com traços índios, carregando sempre um conteúdo pejorativo. Visto que o presente trabalho, por questões formais não abarcaria uma pesquisa que incluísse o elemento indígena, este fica apenas assinalado, numa mostra de possível interesse para uma produção posterior.

De acordo com Thiago Araújo (2008), a tese que sustentava que na Província de São Pedro a mão de obra escrava foi utilizada preferencialmente nas charqueadas e nos grandes centros urbanos, como Porto Alegre ou Rio Grande, encontra-se superada.

¹³ A imagem dos três religiosos mortos é muito forte na região. Em Palmeira das Missões, a maior escola da cidade, com mais de 4.000 alunos, chama-se justamente Escola Estadual Três Mártires.

Contrariando uma tradição histórica que descrevia a região do Planalto como uma terra onde homens livres vagavam oferecendo seus serviços pelas estâncias e onde seria muito pequena a presença de escravos; a análise de documentos comprovou o uso da mão de obra escrava como a principal nas lides pecuárias desde o período colonial.

Motivadas pela antiga tradição que apregoava a existência de uma escravidão diferenciada nas áreas onde a pecuária predominou, não são poucas as alusões à “escassez de elemento de origem africana” e até mesmo da sua inexistência no município de Palmeira das Missões. A autora Cristiane De Bortolli contesta, através de números, esta afirmativa¹⁴. Tanto em Cruz Alta como especificamente no território em que se situava a antiga Palmeira, os primeiros sesmeiros chegaram trazendo animais e escravos. Os pioneiros foram Leme de Oliveira, Souza Bueno, Antônio Novais Coutinho e Joaquim Thomas da Silva Prado; que teria trazido consigo de São Paulo toda a família e mais de cem escravos. Com base no censo de 1858, o distrito de Palmeira era habitado por 3.375 pessoas, sendo que 449 eram escravos e quatro eram libertos. Percebe-se então que a população de origem africana não era inexistente, ainda mais se for feita a comparação percentual com a região charqueadora: o percentual de escravos na região de Cruz Alta era de 15,17%, enquanto que na região charqueadora era de 26,4%. O número de escravos da região do planalto era inferior aos do restante da província, entretanto essa inferioridade de maneira alguma pode ser transformada em invisibilidade. Ainda na obra de De Bortolli, há a análise de 28 inventários, datados de 1850 a 1888, todos de Palmeira das Missões. Todos os inventariados possuíam escravos, somando ao todo, 232.

As afirmações sobre um pequeno número de escravos, sobre a inexistência de negros e, posteriormente, sobre a “desunião”¹⁵ dos negros palmeirenses serão incorporadas ao discurso e às memórias dos habitantes da cidade, causando aos afro-descendentes uma sensação de não-pertencimento e uma difícil adaptação ao mundo “dos brancos”. É forte, portanto, no imaginário popular dos palmeirenses em pleno século XXI, a imagem de índios vadios que não gostavam do trabalho e de negros em pequeno número, desunidos, que não alcançaram melhores colocações políticas e econômicas porque não souberam estabelecer uma relação de cooperação mútua.

¹⁴ A obra de De Bortolli apresenta alguns pontos fracos. Para dados empíricos mais densos recomenda-se a leitura Thiago Araújo (2008). Neste caso, os dados de De Bortolli foram utilizados por fornecerem informações relacionadas particularmente a Palmeira das Missões.

¹⁵ O senhor Adão Ardenghi, em seu depoimento, faz alusão à desunião dos negros de Palmeira, motivo pelo qual não teriam conseguido espaço na política da cidade.

Depois de fornecer alguns dados fundamentais para a compreensão dos elementos presentes no imaginário e nas mentalidades dos habitantes de Palmeira das Missões, passo então a caracterizar a cidade nas datas de fundação dos clubes Comercial e Doze de Outubro; bem como a proceder a análise sobre como essas agremiações se inseriam no quadro geral da sociedade palmeirense e a que vinham corresponder.

A data de fundação oficial, aceita hoje pelos sócios do Clube Recreativo Comercial, é a do dia 5 de novembro de 1905. Com o nome de Clube Recreativo e Literário Palmeirense, reunidos na sede da “sociedade humanitária”, os sócios fundadores trataram de aprovar o primeiro projeto para os estatutos que viriam a reger a sociedade. Os estatutos originais não puderam ser acessados; mas significativamente, ainda nessa primeira ata, encontra-se a solicitação por parte do senhor Virgílio Fontoura de que fosse “proibido no seio da sociedade discussões políticas ou religiosas”¹⁶. O pedido de Virgílio da Fontoura demonstra a preocupação com possíveis desentendimentos entre os sócios, visto que haviam se passado apenas 12 anos desde a “Revolução de 93”¹⁷; que colocou em lados opostos as diversas famílias que agora compunham o quadro de sócios do “Clube Literário”. Alguns exemplos são as famílias Westphalen¹⁸, representada no clube por Alfredo Westphalen, Cândido Westphalen e Hildebrando Westphalen; e a família Amaral¹⁹, contando com a representação de Antonio Leite do Amaral e José Leite do Amaral; isto só para citar duas das famílias mais influentes e atuantes na política municipal desde a sua emancipação de Cruz Alta²⁰.

¹⁶ Informações contidas no livro de atas de novembro de 1905, sob guarda da Associação Comercial e Industrial Palmeirense, hoje proprietária da sede do Clube Comercial.

¹⁷ A revolução de 93 figura muito viva no imaginário do palmeirense, em função do episódio chamado “Morticínio de Boi Preto”, no qual teriam sido mortos 370 soldados maragatos. Além do mais, grupos remanescentes de 93 mantinham as populações interioranas em constante alerta.

¹⁸ Fernando Westphalen foi integrante da junta governativa que administrou a cidade após a proclamação da república. Voltou a liderar a cidade em 1893 – 1896. Frederico Westphalen foi intendente de 1924 a 1928. Paulo Westphalen governou de 1936 a 1940.

¹⁹ Laurindo Moreira do Amaral governou a cidade de 1883 a 1886, Evaristo Teixeira do Amaral de 1886 a 1891, quando foi assassinado. Adolpho Teixeira do Amaral governou de 1920 a 1923 e Alarico Leite do Amaral de 1947 a 1948.

²⁰ Importante citar a presença como sócio do Clube Comercial do Coronel Josinto Elautério do Santos, enviado por Borges de Medeiros à Palmeira a fim de pacificar os ânimos que se exaltaram a ponto de enfrentamento entre

Em 1905 Palmeira das Missões era governada por Julio Pereira dos Santos, que fora indicado por Júlio de Castilhos como o homem certo para conter as constantes escaramuças políticas que não raro acabavam em enfrentamentos armados pelas ruas do município²¹. Palmeira contava com uma grande extensão territorial e com a exiguidade de recursos para manter a ordem pública e prover as necessidades básicas da população. Cinco anos antes, o Secretário do Município informava que no município não havia nenhuma praça, nenhuma rua calçada e apenas dez ruas não calçadas. Júlio Pereira dos Santos governou a cidade até 1911, e focou sua atuação nas questões estruturais como a construção de pontes, melhoria de estradas e educação. Foram executadas também melhorias na urbanização da cidade; como o paisagismo da Praça da Matriz, com a construção de um pequeno coreto onde a Banda Municipal tocava aos domingos; a construção do prédio da Intendência Municipal e da Biblioteca Municipal. A vida social da cidade refletia a euforia pelos novos tempos, e um destes reflexos é justamente a fundação do Clube Literário e Recreativo Palmeirense, futuramente denominado Clube Comercial. Não é difícil inferir o impacto que a fundação de uma sociedade deste tipo causou, visto que mesmo sendo a sede do município o centro urbano mais significativo da região, não passava de um pequeno agrupamento de casas.

No plano cultural, marca época a iniciativa de José Batista da Silva Barros²², que constrói uma casa de espetáculos com sala para projeção de filmes. Depois deste pioneiro, chegou à Palmeira Ernesto Sheppke, construtor do Cine Teatro Coliseu, onde funcionava em anexo uma confeitaria e um salão de bailes. Era a época do cinema mudo e os filmes eram acompanhados por uma orquestra composta de piano, voz e flauta. De acordo com Soares (1974), o Cine Teatro Coliseu era o centro principal de atividades coletivas na cidade. Em 1929 apareceria mais uma casa de espetáculos, o Cine Elite. Era mais moderno do que o Coliseu, contando com aparelhagem importada da França, poltronas estofadas e execução pela orquestra de partituras que vinham diretamente de São Paulo. A concorrência fez com que o proprietário do Coliseu se obrigasse a alugá-los aos donos do Elite, que o transferiram para o casarão que existiu em Palmeira das Missões até por volta de 1989. A propaganda do Teatro era feita com grandes cartazes coloridos, e com “gritaria nas ruas, sem alto-falantes”, ao que

grupos supostamente federalistas e republicanos no ano de 1902. Aparece também como sócio o Coronel Ignácio Elautério dos Santos, possivelmente irmão do primeiro. Ambos foram aceitos unanimemente pela diretoria do Clube Literário (Comercial) ainda em 1905.

²¹ Sobre os enfrentamentos armados ver SOARES, Mozart Pereira, pg. 194.

²² Sócio do Clube Recreativo Comercial.

se seguia de um grande foguetório que anunciavam o cinema. A importância de relatar os episódios passados com relação ao Teatro Elite encontra-se justamente no fato de que um dos principais personagens que levaram essa empreitada adiante foi o senhor Antônio Nunes da Conceição, o “Antoninho”, fundador do Clube 12 de Outubro e marido de uma de nossas depoentes, Dona Gemina da Conceição. Segundo o depoimento de Waltzer Bindé Arbo, diretor da casa de espetáculos, Antônio, juntamente com o operador cinematográfico Francisco Waltenor de Almeida “trabalhavam com amor pela SÉTIMA ARTE, pois não tinham horário estabelecido; havia época que se trabalhava até altas horas da madrugada preparando cartazes de propaganda de filmes para a quinzena.” (SOARES, 1974) O Elite Cine Teatro, fundado em 1929, mudaria seu nome em 1940 para Cine Teatro Gaúcho, e por volta da década de 1970 adotaria a denominação de Cine Alvorada, com a qual permaneceu até meados de 1990, quando foi fechado. O mesmo senhor Waltzer nos dá a idéia da percepção que as pessoas tinham sobre o “tamanho” da cidade, ao dizer que entre 1929 e 1935 a cidade era tão pequena e com tão poucos habitantes que era fácil conhecer todos os frequentadores do cinema, notando-se inclusive a ausência de um deles.

Avancemos agora até o ano de 1940, data em que foi fundado o Clube Recreativo 12 de Outubro. Em 1940, as dimensões físicas de Palmeira das Missões já haviam se reduzido drasticamente²³. As administrações municipais, neste período, já podiam focar suas atenções na sede do município e empreender melhorias em setores como energia elétrica e abastecimento de água; que devido ao aumento populacional na zona urbana careciam de melhoras. Quem governa o município de 1940 a 1944 é o Coronel Felício Augusto de Almeida, que aperfeiçoa o sistema de cobranças de impostos e prossegue no projeto de urbanização, com a construção de praças e melhorias na rede de energia elétrica.

Infelizmente, não podemos contar com os documentos internos do Clube 12 de Outubro para refazermos a sua trajetória. O que sabemos é que ele já aparece como sendo um “clube de gente de cor”, como foram antes dele, na mesma cidade, o Clube Rio Branco e o Treze de Maio. Dada a inacessibilidade à documentação escrita, a recorrência às fontes orais foi determinante para a pesquisa, ainda que o resultado final apresente alguma defasagem em relação aos dados do Clube Comercial.

O Clube 12 de Outubro aparece no esteio das diversas organizações negras que se fizeram presentes no Brasil mesmo antes da abolição. Estas associações congregam negros e

²³ São exemplos de municípios desmembrados de Palmeira das Missões: Três de Maio, Vicente Dutra, Seberi, Frederico Westphalen, Campo Novo, Coronel Bicaco, Condor, Tenente Portela, entre outros.

negras com objetivos diversos, que vão desde o lazer até a expressão política, numa multiplicidade de tipos e objetivos organizacionais. Dada a impossibilidade de frequentar as associações recreativas fundadas por brancos, parece mais do que natural que os negros se organizem para estabelecer seus próprios espaços de convivência produção de cultura. Além de espaço de convivência e recreação, os clubes e organizações se tornam espaços de expressão e formação identitária para aqueles que não podem, por barreiras que são de cor, mas também, no caso dos clubes em questão na cidade de Palmeira das Missões, de classe. Para Costa Pinto,

“os movimentos e associações negras refletem, em sua história, uma multiplicidade de *formas* e uma multiplicidade de *graus* daquela tomada de consciência total ou parcial de seu problema, que vai da passividade à agressividade, da negação da sua existência à hipertrofia de sua significação, da obsessão à fuga, do mascaramento sob a forma de simulada indiferença até ao sacrifício sob a forma de martírio. Há de tudo, e tudo reflete as flutuações através das quais a vivência do problema se transforma em consciência dele.” (COSTA PINTO, 1998, pg. 215)

Autores como Moura (MOURA, 1989) apontam o ano de 1945 como o do renascimento negro, com o aparecimento de grupos de discussão sobre o racismo e objetivando medidas que permitissem ao negro a ascensão social bem como a destruição das idéias de inferioridade racial que ainda vigiam. Entretanto, associar o aparecimento do Clube 12 de Outubro no contexto de aparecimento de sociedades negras de cunho militante ou mesmo de enfrentamento da ordem seria demasiado precipitado. Até porque, de acordo com Costa Pinto (1998), de 1937 a 1945, a situação política nacional era inteiramente adversa a movimentos e organizações com base popular e caráter reivindicativo, particularmente reivindicações desse tipo, inteiramente novas e estranhas no quadro das relações de classe e raça no Brasil.

Segundo o depoimento de Dona Gemina da Conceição, seu marido Antônio teria feito parte da diretoria do Clube 13 de Maio, mas por divergências afastou-se e com outros companheiros, também ex-integrantes do “13” e resolveram fundar o 12 de Outubro. Antônio da Conceição era uma popular liderança entre os negros da cidade, e o fato de ter se afastado da diretoria do 13 de Maio leva-nos a entrever um processo de diferenciação e estratificação dentro mesmo do grupo negro da cidade. Segundo Costa Pinto, com o impacto do desenvolvimento capitalista e o processo de mobilidade vertical, ocorre uma diferenciação

interna entre os negros e o surgimento de uma pequena parcela de classe média. Seria Antônio Nunes da Conceição um possível representante desta nova “classe média negra”? Tudo leva a crer que sim. A consequência de uma divisão num cenário de pequeno número de negros, como é o caso de Palmeira das Missões, leva fatalmente à derrocada do clube mais antigo que cede espaço ao novo clube.

Conta a depoente Gemina da Conceição que a “idéia” de formar um novo clube ocorreu a seu falecido marido em um dia em que se encontravam sentados em uma praça, seu Antônio com seus companheiros, e que depois começaram efetivamente a pensar em como angariar verbas para que pudessem colocar o projeto em prática. O primeiro local de funcionamento do clube foi uma casa emprestada pela mãe de Antônio, onde o clube permaneceu por quase dez anos. Aqui as questões quanto a ter ocorrido ou não uma divisão entre os negros da cidade torna-se ainda mais matizada; pois se sabe que a madeira utilizada para erguer a primeira sede do 12 de Outubro veio em forma de doação por componentes do que restava do 13 de maio.

Foi na administração do prefeito Pompílio Gomes Sobrinho, em 1948, que se conseguiu um terreno para que fosse construída a sede definitiva do 12 de Outubro. Nota-se na condução dos negócios referentes ao clube sofreram a profunda ação de seu Antônio da Conceição, homem influente e bem relacionado, que ficou à frente da presidência até sua morte em 25 de outubro de 1985. Mesmo enquanto funcionava na casa emprestada, o clube desenvolvia diversas atividades, havia bailes, reuniões dançantes e uma sorveteria. A curiosidade com relação ao sorvete é que, segundo o depoimento de Dona Gemina, este foi o primeiro sorvete de Palmeira das Missões, sendo que “a gente lá de cima”²⁴ vinha em grande número consumir a guloseima nos finais de semana. Assim como frequentavam os bailes, as festas e o carnaval.

Apenas retomando, temos então aqui delineadas as características básicas das duas instituições que formam o eixo analítico deste trabalho. O Clube Comercial, que nasceu sob o nome de Clube Literário e Recreativo Palmeirense e trocou sua denominação ainda antes de 1940; composto pelas famílias de sobrenomes mais nobres da região. Temos também o Clube 12 de Outubro, criado após dissidências entre seu fundador, Antônio Nunes da Conceição e a

²⁴ O 12 de Outubro se situava na periferia da cidade, local onde residiam as pessoas mais humildes. O centro ficava no alto e era onde residiam as famílias ricas, daí a expressão “a gente lá de cima”.

diretoria do Clube 13 de Maio. Seus sócios eram funcionários públicos, “biscateiros”²⁵ e pessoas “de bem em geral, sem distinção de cor”²⁶.

²⁵ Nas palavras de Ruth Terezinha.

²⁶ Nas palavras de Dona Gemina da Conceição.

3 OS SÓCIOS, IDENTIDADES E SOCIABILIDADES

3.1. Os sócios entrevistados

Para facilitar a compreensão da análise que será feita a seguir sobre as memórias da formação das identidades nos clubes Comercial e 12 de Outubro, faço agora uma apresentação mais pormenorizada dos depoentes desta pesquisa.

O primeiro entrevistado foi Adão Ardenghi Brizola, nascido no dia 7 de abril de 1938 no então distrito de Sagrada Família. Veio para a cidade de Palmeira das Missões em 1955, com 17 anos, inserindo-se na vida jornalística, atuando no Jornal *A Madrugada*, fundado em 1953. Muito jovem, logo que chegou a cidade começou a frequentar, segundo ele mesmo, “a vida boêmia”. Aliás, se há uma característica que o senhor Adão não perdeu é o amor à boemia, ainda hoje é um frequentador da noite e um ótimo contador de histórias. Pele clara, olhos azuis, integrante da família Ardenghi, de tradicionais comerciantes da cidade. Paulo Ardenghi, tio-avô do entrevistado, foi prefeito da cidade de Palmeira das Missões por dois mandatos, de 1956 a 1959 e de 1963 a 1968. Com esses requisitos, a entrada do jovem Adão Ardenghi no quadro social do Clube Comercial foi aceita, apesar de que, segundo afirma, os diretores se arrependeriam de tê-lo aprovado como sócio quando começou a defender publicamente a entrada de negros e negras nas dependências do Clube Comercial. Note-se que Adão Ardenghi não era oriundo de família rica, entretanto, o sobrenome Ardenghi vinha ganhando importância em função do comércio que o tio-avô do entrevistado mantinha na cidade. Acresce-se ainda que mesmo que não assinasse o sobrenome, por parte de mãe era também da família Westphalen. Estas informações permitem-nos inferir que a aceitação de Adão como sócio se deu muito em função da tradição dos sobrenomes que detinha; mais do que por uma situação econômica privilegiada de sua família nuclear.

Em seguida, temos o depoimento de dona Philomena Canavezzi, nascida em 19 de abril de 1917 na cidade de Cruz Alta. Ainda muito jovem casou-se com Ademar Canavezzi com quem se mudou para Palmeira das Missões em 1950. Dona Philomena nos presta um depoimento importante, pois não sendo natural da cidade, teve que se adaptar às condições e valores locais, que em regra se baseavam na hostilidade para com os que chegavam de fora. Esposa de um engenheiro civil e historiador autodidata dedicava-se aos cuidados com a casa e os filhos pequenos. Ademar Canavezzi, seu esposo, projetou o prédio definitivo do Clube 12 de Outubro bem como foi o responsável por reformas executadas no Clube Comercial. Mesmo

com a dedicação do marido ao 12 de Outubro, ela nunca frequentou nenhuma atividade na agremiação; diferentemente do Clube Comercial, ao qual compareceu para prestigiar bailes e jantares.

Ruth Teresinha Martins da Silva é nossa próxima depoente. Nascida em Palmeira das Missões em 1950, negra e de família pobre, descendente de escravos da família Martins de quem herdou o sobrenome. Casou-se com João Luiz Brenes da Silva, também negro e funcionário público. Desde muito pequena frequentou o 12 de Outubro, nos carnavais e matinês; e depois de adulta, os bailes. Dona de um código moral rígido tornou-se militante do movimento negro em Palmeira das Missões, o que a torna uma depoente diferenciada dentro do quadro geral. Ruth e sua família são um retrato das famílias negras gaúchas que lutaram para romper as barreiras impostas por tantos anos de racismo e discriminação, inserida em uma sociedade de mentalidade provinciana que desde as suas origens preferiu ignorar a presença de negros em seu seio.

Enfim, temos a nossa depoente mais falante e detalhista, a senhora Gemina Ochoa da Conceição, nascida em Palmeira das Missões em 29 de outubro de 1915. Com relação à família de Dona Gemina, conseguimos obter muitas informações. Já no ano de 1848 encontramos o nome de Dom Marcos Ochoa, comerciante de origem espanhola que se estabeleceu na Vila. A tradição de comércio foi mantida pela família, à qual se agregou a de formar educadores. Tios e tias de Gemina foram professores, bem como seu próprio pai, que segundo a depoente dava aulas particulares para os estrangeiros que precisavam aprender a língua; além de alfabetizar adultos em sua própria casa. Era também músico, integrante da Banda Municipal e contador. Aos 12 anos de idade Gemina conheceu Antônio Nunes da Conceição, por quem se apaixonou. Em 1934, após o falecimento do pai, casavam-se Gemina e Antônio, permanecendo juntos até 1985, quando “Antoninho” faleceu. A relevância do depoimento de Gemina vai além da antiguidade e lucidez dos fatos narrados pela simpática senhora, pois sua família exemplifica toda a complexidade que permeia as relações e o forjamento de identidades inter-relacionando idéias classistas e de racialidade.

3.2. Identidades

Neste primeiro momento, através da análise dos depoimentos e das demais informações extraídas dos documentos escritos, tentarei delinear o processo de formação de identidades dos quatro depoentes através de suas memórias, tendo em vista como aparecem as

questões relacionadas a classe social e raça no que tange a sua própria identidade bem como a de suas famílias.

3.2.1. Dona Gemina

Gemina Ochoa da Conceição, nascida no ano de 1915, é hoje aos 94 anos uma mulher de memória extremamente lúcida. Capaz de lembrar-se de detalhes minuciosos sobre acontecimentos ocorridos há mais de setenta anos, tem uma fala fácil e coerente, nunca deixando um relato pela metade, ainda que o tenha interrompido para dar vazão a outro fluxo de lembranças que a ocorreram. Grande parte da sua representação identitária se dá na forma de esposa de Antônio Nunes da Conceição. Em seus depoimentos percebe-se essa internalização do papel de esposa de um líder em sua comunidade, o que segundo recorda a obrigava a estar sempre “bem vestida”, “bem arrumada”; traços que ainda se preservam nas mãozinhas enrugadas com unhas muito longas e pintadas de cor-de-rosa.

Em nenhum momento Dona Gemina verbaliza a sua brancura, reforçando a proposição de que entre os brancos a noção de racialidade não é desenvolvida ou questionada. O branco não tem necessidade de se nomear como tal, ele não é “da raça”²⁷, é apenas branco e ser branco é ser o normal, natural, neutro. Muito tem se escrito sobre a formação da identidade social e racial do negro, mas muito pouco se fala do difícil processo de aquisição identitária dos brancos brasileiros. O negro vai buscar a sua identidade na África, ainda que seja uma África mítica e idealizada, ou nas lutas de resistência à escravidão, num resgate legítimo de valores positivos que necessitam contrapor os séculos de valoração negativa. O branco acaba se voltando para as origens européias, refazendo genealogias e laços que muitas vezes não correspondem à realidade, ainda que correspondam a uma necessidade de legitimar identidades sociais e raciais imaginadas.

Ao falar de sua família de origem, Dona Gemina também não cita nenhuma característica relativa à raça, apenas coloca seu pai e seu sobrenome como atestados de que provinha de uma família de classe média. Como pudemos perceber cruzando informações da entrevista de Gemina com outras colhidas no livro de Mozart Pereira Soares, ela descende de um espanhol comerciante que se estabeleceu na cidade no século XIX. Em suas próprias palavras, diz que “é Ochoa” e que tem tios que são fazendeiros em São Paulo; o que nos parece absolutamente verossímil levando-se em conta que Palmeira das Missões até o início

²⁷ Ao se referir ao marido, Dona Gemina diz que ele é “da raça”.

do século XX era parte da rota mais conhecida de tropeiros que partiam para São Paulo levando muares. Se, por um lado, a questão propriamente racial não é muito enunciada em sua fala, a questão de classe aparece com bastante destaque, no que se apresenta como uma tentativa de escapar à qualificação geralmente atribuída aos negros ou aos que se relacionavam com eles naquela cidade; que era a condição da pobreza. Daí a necessidade de Dona Gemina explorar nos mínimos detalhes as suas relações familiares anteriores ao casamento ou ligações posteriores com pessoas consideradas da classe alta. Assim, ao falar do pai, coloca-lhe como “contador em três lojas, as maiores da cidade naquela época”; conta-nos que ele era professor e “alfabetizava, quando vieram uns Manarim da Itália ele alfabetizou, e ainda dava aula em casa, particular”; e completa a descrição do pai lembrando que ele era músico da Banda Municipal. Termina apresentação do genitor com a expressiva sentença “e eu me criei assim”, numa clara alusão ao fato de ter tido uma vida confortável, de ter vivido em um lar que a provia todas as necessidades e lhe possibilitava uma condição social bastante estável.

Dona Gemina conheceu o “Antoninho” aos doze anos de idade. E, como ela gosta de enfatizar, foi seu primeiro e único namorado. Casaram-se no ano de 1934. Quando perguntada sobre a questão do preconceito, com relação a ela e o seu marido, insiste em dizer que não sentia isso. Entretanto, quando conta como foi o namoro, deixa escapar que seu pai não consentiu com o relacionamento, tendo dito que “O Antoninho é um ótimo rapaz, não tem defeito nenhum, mas não pra namorar com você”. Visto que Antônio Nunes da Conceição provinha de uma família também de classe média, podemos inferir que aqui, o impedimento para o namoro seria racial. Mesmo com a morte do pai, a mãe persistiu na proibição ao relacionamento entre Gemina e Antônio. A situação só foi se modificar por intervenção de uma amiga da mãe de Gemina, que a convenceu a permitir o relacionamento; dizendo que era para Dona Rosa²⁸ “deixar de ser boba”, que o Antoninho era um rapaz tão direito e não tinha problema nenhum que eles namorassem. Sobre a tal amiga que teria dado estes conselhos, nada sabemos sobre sua condição social ou racial, mas certo é que sua interferência surtiu efeito, pois nas memórias de Dona Gemina foi a partir disso que o namoro foi autorizado, vindo a se realizar o casamento quando esta completou 18 anos. Mas em nenhum momento a depoente falou que o namoro não foi permitido porque seu pretendente era negro. Toda a narrativa veio em resposta à questão sobre enfrentarem preconceitos em função de ela ser branca e ele ser negro, mas em seu discurso não houve a verbalização do preconceito racial.

²⁸ Mãe de Gemina da Conceição.

Porque Dona Gemina não fala sobre os episódios em que sofreu preconceito? Seria mesmo possível que um casal composto por um negro e uma mulher branca não fosse visto com estranheza no interior do Rio Grande do Sul em 1934? Esta possibilidade parece um pouco utópica. Entretanto, a negativa da idosa em relatar os acontecimentos parece completamente compreensível. A marca do preconceito sofrido provavelmente não é nada bonita, e relembrar estes episódios certamente traz à tona uma série de sentimentos negativos e experiências carregadas de muita dor e humilhação. De acordo com Paul Thompson (1998, p. 154), “é essencial que haja uma disposição para lembrar, sendo que a lembrança pode ser inibida pela relutância, quer como numa fuga consciente a fatos desagradáveis, quero como uma repressão consciente.”

Em contrapartida, a valoração positiva de seu casamento, do marido e das relações sociais que estes estabeleceram é bastante enfática. Com uma foto do marido no colo diz que ele “era da raça” e começa a enumerar as suas qualidades e formação profissional; conta-nos que fez curso de radio-técnico e que foi o primeiro a exercer esta profissão na cidade. Neste ponto, destaca o fato de que outros profissionais que passaram a exercer a profissão depois de seu Antônio alcançaram condições econômicas melhores que as deles; o que visivelmente a incomodava a ponto de questionar o marido. Dona Gemina diz que “sempre falava pra ele que os que chegaram depois estavam morando em palacetes”, enquanto o casal permanecia com os filhos em uma casa de madeira. Ao que o marido lhe respondia com a afirmação: “não tenho nada que ver com os outros, tenho que ver comigo”. Se, de acordo com o que nos contou Dona Gemina, seu marido foi o primeiro a exercer a profissão e, portanto possuía mais prática, podem-se questionar quais fatores determinavam que os novos técnicos fossem mais solicitados e possivelmente recebessem remuneração maior que seu Antônio. Não podemos afirmar, de forma alguma, que a cor da pele determinasse que a família Nunes da Conceição permanecesse em uma situação econômica inferior à das outras famílias cujos chefes exerciam a profissão de rádio-técnicos. Entretanto, temos o questionamento da própria Dona Gemina quanto a isso. Ou seja, oficialmente não existia uma linha de cor ou qualquer outro impedimento legal para a ascensão econômica de negros e mulatos em Palmeira das Missões como em todo o Brasil. Mas o relato em questão atesta que na prática estas barreiras certamente existiram, ainda que de forma velada ou não explícita.

Dona Gemina prossegue então a descrição de todos os bens que o marido adquiriu: terrenos, casas, um sítio; sem nunca deixar de enfatizar o quanto de trabalho e sacrifício tudo isto custou. O casal realmente viveu confortavelmente, inclusive fazendo

viagens para Santa Catarina nas férias. Nestas viagens, a depoente afirma que o casal era bastante observado pelas pessoas. Mas afirma que “era porque eles achavam que o Antoninho era da base aérea, que na base aérea tinha ‘os negrão’, comandante, eles achavam que o Antoninho era da base aérea”. Novamente vemos a cristalização de uma memória positiva com relação a uma situação que pode ter sido uma experiência de preconceito racial.

Ao falar dos filhos, Dona Gemina volta a utilizar o termo raça para dizer que todos são negros, enunciando a frase “eu puxo muito mais pra raça, porque os meus filhos todos são”. Mas não diz que eles são negros, diz que eles “puxaram mais pela parte do pai, não pela parte da mãe”. Com relação aos casamentos de seus filhos e filhas enfatiza o fato de todos serem casados com “brancos de origem”, só uma das filhas teria se casado com “um brasileiro”. Percebemos aqui que a utilização do termo raça serve para designar negros, ou seja, como um sinônimo que nomeia, mas não expõe a condição da negritude. No depoimento do senhor Adão Ardenghi, que vamos analisar posteriormente, temos a informação que não se falava a palavra “negro”, que era considerada ofensiva. Parece-nos que, ainda que tenha de certa forma eliminado da memória os episódios em que sofreu preconceito, Dona Gemina não conseguiu apagar a conotação não-positiva contida na designação de um indivíduo como negro naquela conjuntura social. Percebe-se também que a nomeação de alguém como “branco”, só aparece em seu discurso quando se faz necessário uma oposição ao não branco, ao “da raça”, ao negro.

O processo de formação da identidade de Dona Gemina da Conceição é um exemplo da complexidade das situações possíveis e das variáveis que interferem no processo de constituição identitária. As pessoas não são somente brancas, ou somente negras, ou somente pobres ou somente ricas. São várias questões que operam ao mesmo tempo, sendo que nem sempre uma opção necessariamente exclui a outra. Gemina é, portanto, branca, neta de espanhol, casada com negro e mãe de filhos negros. Mãe de uma família de classe média que desfruta de um status positivo dentro da comunidade que forma o quadro social do Clube 12 de Outubro, mas não só. Na sociedade mais abrangente seu marido também possui expressão, é atuante e influente, conseguindo favores e concessões por parte da elite dirigente do município. O caso de Dona Gemina não exclui nenhuma das variáveis com relação a raça ou classe, ela mescla as diversas facetas e as matiza ou apaga dependendo do contexto em que se encontra.

3.2.2 Adão Ardenghi Brizola

Diferentemente de Dona Gemina cujo processo de constituição identitária tem como relevantes as suas relações familiares de origem, o senhor Adão Ardenghi Brizola estrutura o seu processo em relações fora da família nuclear originária. Em seu depoimento não são encontradas referências sobre sua família nuclear de origem, mas menções a pessoas importantes que possuíam o mesmo sobrenome e eram seus parentes afastados. Adão chegou à cidade de Palmeira com 17 anos para trabalhar e estudar e, como era de se esperar, ficou fascinado com as possibilidades de socialização que este novo ambiente, em contraposição ao pequeno povoado de Sagrada Família, lhe oferecia. Segundo faz questão de frisar, era um boêmio, “quase não dormia, vivia de festa”. A expansividade e facilidade de relacionamento lhe renderam fama de conquistador, fato que de certa forma se confirma com o impressionante número de trinta crianças que foram registrados em seu nome no cartório de Palmeira das Missões.

Na fala do senhor Adão também não se encontra elementos distintivos relativos à raça quando fala de si e de sua família de origem. Quando relata seus relacionamentos afetivos, cita o fato de ter namorado uma “morena”, e é enfático ao afirmar que “o sangue negro não enfrenta o branco”, visto que os dois filhos deste relacionamento nasceram brancos. Neste ponto, encontramos uma clara alusão às teorias que hierarquizavam as “raças”, sendo que na escala de valor, o sangue negro se encontraria em último lugar. Como no caso de Dona Gemina o branco só é nomeado em contraposição ao negro ou “moreno”, visto que quando a situação não é de oposição isto não parece ser necessário. Nota-se também a disparidade entre os depoimentos de Gemina e Adão quanto à predominância fenotípica dos descendentes de um relacionamento inter-racial; qual seja a de que no caso de Gemina Conceição ela afirma que todos os seus filhos “puxaram o lado do pai”, que era negro; enquanto no caso de Adão ele afirma que “o sangue negro não enfrenta o branco”.

Com relação à classe social a que pertencia, Adão não é explícito, mas pelas informações que nos concedeu podemos deduzir que não era rico. Neste caso, o sobrenome ou o status da família parece ter contado mais para sua aceitação dentro do Clube Comercial e dentro da própria sociedade palmeirense do que a sua condição financeira. Ardenghi era o mesmo sobrenome do prefeito de Palmeira das Missões no ano de 1956, um ano após a chegada de Adão na cidade. Entretanto, ao enunciar que Paulo Ardenghi era o prefeito, acrescenta que “não era o bastante pra eles”, referindo-se ao processo para ser aceito como

sócio no Clube Comercial. Este exemplo evidencia o quão complexas eram as tramas que designavam as categorias de aceitação ou não de uma pessoa nesta determinada sociedade, levando-nos a pensar o quanto desta complexidade certamente permeava a própria elaboração identitária dos indivíduos; dentro e fora dos clubes. A fala de Adão quando diz que o fato de ser parente de Paulo Ardenghi “não era o bastante pra eles”, pode evidenciar um tratamento sutilmente discriminatório por parte de alguns sócios ou membros da diretoria, por ser uma família de comerciantes que se enriquecera. Por outro lado, pode sinalizar uma questão política, uma vez que Paulo Ardenghi concorreu às eleições e venceu com determinada facilidade, tendo concorrido “contra gente fortíssima”. No decorrer da entrevista, ao falar do prefeito diz que ele era “o deus da cidade, era um líder, um deus para os seus companheiros e temido pelos adversários”.

Interferem ainda no processo de formação identitária de seu Adão Ardenghi, da forma como ele lembra e relata, suas relações com outras famílias e pessoas influentes dentro da sociedade de Palmeira das Missões. Cita em primeiro lugar o senhor Luciano Machado, fundador do jornal *A Madrugada*, chamando-o de “Doutor” Luciano Machado; além do então deputado federal Fernando Gonçalves. O depoente considera que suas relações e o fato de trabalhar como jornalista influenciavam no tratamento que recebia, inclusive chegando a ser isento de pagar o que consumia dentro do Clube Comercial.

Parece plenamente justificável o fato de seu Adão, tendo saído de casa ainda adolescente, ter buscado se apoiar em pessoas social, política ou economicamente influentes ao chegar a Palmeira das Missões. Acreditamos que seja parte normal do processo de constituição identitária dos indivíduos a busca por uma aproximação com pessoas proeminentes dentro de determinada sociedade. As identidades se constroem através da articulação de novos e antigos valores, que se mesclam para formar as características que constituirão a peculiaridade de cada pessoa, moldando seu modo de agir nos espaços de atuação coletiva.

3.2.3 Philomena Canavezzi

O processo de formação identitária de Philomena Canavezzi também se apresenta complexo. Nascida na cidade de Cruz Alta chega a Palmeira das Missões no ano de 1950, casada e com filhos. Deixa para trás toda uma vivência, amigos, conhecidos e familiares para se estabelecer em uma cidade que contava com 3.640 habitantes urbanos, voltada quase que

exclusivamente para a agricultura, pouco industrializada e carente de recursos estruturais como água e luz elétrica. Pesa ainda neste processo o fato de seu marido, Ademar Canavezzi, ser um suposto anarquista, o que nestes anos não era uma acusação simples, podendo acarretar diversas consequências no mínimo “desagradáveis”. Ademar possuía uma vasta biblioteca, o que se constituiu em fator de imensa curiosidade para os habitantes de Palmeira das Missões. Eram caixas e caixas de livros que chegavam juntamente com aquela nova família.

Num universo de menos de quatro mil habitantes não era difícil saber quem era de fora do núcleo social; quem era diferente e poderia de certa forma desestabilizar a coesão existente. Não é novidade nenhuma que as sociedades tradicionais, de origem agrária, temem mudanças e principalmente inovações, tendendo sempre a desconfiar daquilo que não conhecem. E a desconfiança, neste caso em particular, era mútua, pois Dona Philomena também tinha receio com relação às pessoas do lugar. Quanto ao anarquismo imputado ao seu marido pelos seus netos e filhos, Dona Philomena se cala. Entretanto, podemos compreender o fechamento desta senhora em casa, na nova cidade, como um mecanismo de defesa com relação a adesões ideológicas e políticas do marido que poderiam se voltar contra ela e os filhos.

Em seu discurso, mesmo passados quase sessenta anos, podemos notar o desconforto ao relatar que não foi fácil se adaptar, porque “o povo daqui era muito engraçado naquela época, não procurava ninguém”. Levando em conta os dados que dispomos sobre a família Canavezzi, pode-se perceber que sua chegada em Palmeira das Missões se deu como um embate, um encontro conflituoso entre diferentes. A família do “anarquista”, do homem perigoso e cheio de livros não é procurada pelas pessoas da cidade, que se fecham em seu núcleo já estabelecido. A jovem mãe espera por uma integração no grupo, mas, entretanto, teme a aproximação e especula que as pessoas não os procuravam porque provavelmente pensavam que “eles eram qualquer um”. A enunciação desta última sentença, “eles pensavam que a gente era qualquer um” expressa já a negação e afirmação do valor da família, sendo que, na verdade, Dona Philomena generaliza o tratamento frio que recebia enfatizando que “as pessoas não procuravam ninguém”, portanto, não eram somente eles os ignorados. Não sabemos até que ponto estas impressões se confirmavam na prática, só sabemos que na memória de Dona Philomena se fixaram os caracteres de um povo retraído e até certo ponto inacessível. A depoente então relata que se fechou em seu lar, dedicando-se aos cuidados com os filhos, vindo a começar a estabelecer relacionamentos com os naturais do lugar por intermédio do marido que era engenheiro civil.

Como no caso de Dona Gemina, Dona Philomena também acaba incorporando à sua identidade o papel de esposa de um homem importante. Ademar Canavezzi, foi um homem extremamente apaixonado pelo conhecimento, era historiador autodidata e incentivador cultural, tendo desempenhado papel preponderante na criação do festival de música nativista “Carijo da Canção Gaúcha”, que ocorre em Palmeira desde 1985. Seu Ademar foi o responsável pela construção e projeto da sede social do Clube 12 de Outubro e também executou diversas reformas no Clube Comercial. Segundo Dona Philomena, quando os clubes não tinham verbas para pagar o trabalho de seu marido, ele trabalhava de graça, e quando o dinheiro das entidades não era suficiente para por em prática o projeto esboçado, Ademar investia seu próprio dinheiro nas obras. Isto é claro, sem que Dona Philomena soubesse.

A identidade de Dona Philomena se estabelece não tendo como principais eixos articuladores as questões de raça e classe, mas a sua condição de esposa e mãe, num reflexo da introspecção que o fato de ter vindo já adulta para uma cidade nova e estranha acarretaram neste processo. Este suposto fechamento de Dona Philomena no lar pode ser exemplificado pela justificativa maior que ela forneceu para o fato de não sair muito de sua casa; qual seja a de que não queria deixar os filhos com uma estranha, porque “podia acontecer alguma coisa, e se acontecesse queria que fosse na minha mão, pra não botar a culpa em fulana ou ciclana, então eu ficava presa por causa disso , e a gente não era daqui, ninguém procurava a gente”.

3.2.4 Ruth Terezinha Martins

Ruth é a nossa única depoente negra. Nascida em família bastante humilde, faz parte do grande número de negras e negros que conseguem estudar e galgar degraus na pirâmide social brasileira. Casou-se com um homem negro que veio a se tornar funcionário público, fato que a encaixa, juntamente com sua família, nas estatísticas das famílias negras que por volta dos anos 1970 passarão a reivindicar de forma mais ostensiva o reconhecimento de seus direitos como cidadãos. De acordo com Costa Pinto (1998), as famílias que passam por esse processo de diferenciação social, alcançando uma melhor condição econômica, passam a formar uma elite negra que será a responsável pela organização de movimentos e associações que são por ele denominadas “associações de novo tipo”. O Clube 12 de Outubro, do qual a depoente e sua família fazem parte, não é uma associação de cunho militante ou reivindicativa na ótica de uma organização política. Entretanto, a família de Dona Ruth pode

sim ser vista como integrante de uma espécie de “elite negra”, que referencia as ações voltadas à luta por direitos e resgate cultural entre os negros da cidade de Palmeira das Missões, evidenciando que não só movimentos ditos organizados são relevantes na afirmação da cidadania dos afro-descendentes.

Atuando no Grupo de Consciência Negra Afro Missões nos anos 80, a família de Ruth é precursora ao trazer para Palmeira das Missões militantes vindos de Porto Alegre e Pelotas, que trazem na bagagem material de divulgação, escritos políticos e uma estética de valorização da beleza negra. São as filhas de Ruth as primeiras a desfilar pela cidade com cabelos trançados, a aprender as danças e organizar reuniões para discussão sobre a negritude. Portanto o que caracteriza a depoente e toda a sua estrutura familiar é a luta pela afirmação e valorização positiva dos negros na cidade, seja na atuação militante ou não. Mas até meados dos anos 80, esta consciência de luta ainda é incipiente, intensificando-se a partir de 1988 em função do ciclo de comemorações do centenário da abolição da escravidão.

Dona Ruth cresceu dentro do Clube 12 de Outubro, e é a depoente que nos relata episódios que exemplificam a postura moral e a ética que imperava dentro dos salões da associação, que segundo ela não discriminava as pessoas nem pela cor e nem pela posição social. O relato trazido por esta senhora exemplifica o quão inseparáveis são os conceitos de classe e de raça na formação de identidades sociais. Estas forças não aparecem separadas, as pessoas não se apresentam ou se vêem como uma ou outra coisa. Na realidade, diversas variáveis se somam no processo de constituição identitária dos indivíduos. Por exemplo; o Clube 12 de Outubro foi fundado por negros e tinha como objetivo fundamental funcionar como um pólo agregador da população negra da cidade em função da impossibilidade dos mesmos frequentarem os clubes já existentes. Entretanto, não vetava a entrada de brancos em seu clube. Havia brancos que faziam parte da diretoria do clube desde sua origem, e mesmo Dona Gemina da Conceição, esposa do fundador, é branca.

De acordo com o depoimento de Adão Ardenghi, para ser aceito como sócio ou mesmo convidado do Clube Comercial não bastava apenas ser branco, e nem tampouco apenas ser rico. Era preciso ter uma família tradicional, que funcionava como um “certificado de bons antecedentes”, ainda que a família em questão não fosse propriamente abastada em

termos financeiros. Percebe-se então que se forma uma trama de valores e exigências que definiam quem entrava e quem não entrava em cada um dos clubes.

Com relação à proibição formal, não foi encontrado explicitamente na documentação do Clube Comercial nada que remetesse à cor ou raça dos ingressantes. Entretanto, quando perguntados sobre a impossibilidade do acesso de negros ao Clube Comercial, todos os depoentes foram unânimes em afirmar que os negros nem tentavam entrar, pois já sabiam que não seriam aceitos. Era uma espécie de convenção passada de geração para geração, sobre esse impedimento racial. Quando perguntada sobre a possibilidade de um negro vir a ser aceito no Clube Comercial, a senhora Ruth Martins nos responde com a significativa afirmação de que “só seria aceito para encher a caixa d’água do clube ou para limpar o chão”. Entretanto, será ela mesma quem nos relatará um curioso episódio em que, ainda criança, parou para espiar pela janela uma matinê de carnaval no Comercial e lá entrou quando foi chamada por suas amigas brancas. Estes pequenos exemplos servem para ilustrar o quão complexo se apresenta o processo de formação identitária levando em conta as condições raciais e econômicas, dentro e fora de sociedades recreativas. Posteriormente analisaremos mais detalhadamente acontecimentos que representam concretamente o processo de formação de memórias e de identidades dos representantes de cada entidade.

3.3. Sociabilidades: as memórias da convivência e do preconceito nos Clubes Comercial e 12 de Outubro.

Neste momento, saímos do campo identitário individual e familiar para ingressar nas sociedades recreativas propriamente ditas. Buscaremos explicitar através das memórias de nossos depoentes as dinâmicas de relacionamento entre os sócios do mesmo clube e com os associados do outro clube, levando em conta sempre as questões relacionadas a classe e raça. Quem eram as pessoas que frequentavam estes clubes, como se dava a interação dos sócios de uma entidade com os sócios da outra e como eram vistos uns pelos outros são algumas das perguntas que nos propomos a responder a seguir.

Sabemos que muito da nossa identidade se forma com base em oposições. Não ser algo ou não partilhar de alguma concepção é tão importante quanto ser e partilhar. A diferenciação com relação aos outros grupos faz com que os indivíduos se sintam ainda mais

pertencentes e semelhantes ao seu próprio grupo de convívio social. Daí a importância, num trabalho que pretende estudar as memórias da formação de identidades, a compreensão, ainda que não absoluta, da visão que os sócios de um clube tinham com relação aos de outro, além, é claro, da visão que tinham do seu próprio grupo. Todas as informações que serão apresentadas a seguir tomam como base os depoimentos das pessoas citadas.

A senhora Ruth Terezinha, hoje com 59 anos, tem fotos dos carnavais no 12 de Outubro vestida de cigana aos 8 anos de idade. Foi “Rainha do Clube” na década de 1960, e traz muito vivas as lembranças dos bailes e eventos sociais promovidos pela entidade. Havia muitas regras estabelecidas pelos dirigentes para manter o ambiente sempre “familiar”. Em sua lembrança, os sócios do 12 de Outubro eram na maioria funcionários públicos, como é o caso de seu fundador, o senhor Antônio Nunes da Conceição. Mas não existiam restrições quanto a isso, pois havia também “muitos biscateiros, gente que trabalhava nas granjas, por aí”. Ou seja, o 12 de Outubro acolhia quem estivesse disposto a seguir as regras da sociedade, e quem, claro, tivesse condições de manter o pagamento das mensalidades sempre em dia.

De acordo com o relato de Dona Ruth, a cor da pele não era impedimento para a associação, mas destaca em sua narrativa a questão das roupas. Era obrigatório o uso de camisa e calça social para os homens em eventos mais descontraídos como o Carnaval, e de terno completo para os “Bailes de Data”²⁹; nos quais as damas também deveriam comparecer em vestidos longos. Aliás, o comportamento das damas era rigorosamente vigiado. Em primeiro lugar, moças e senhoras não podiam beber álcool, sendo que havia inclusive um cartaz expressando esta proibição afixado logo acima da copa onde se vendiam as bebidas. Para assegurar que nenhuma moça estava transgredindo a regra, uma senhora da diretoria fazia a fiscalização, chegando inclusive, de acordo com dona Ruth, a cheirar os copos que estavam sobre as mesas. Da mesma forma, até meados da década de 1970, havia um “fiscal de pista”, para vigiar os casais durante a dança, sendo que se a distância entre o par se estreitasse muito, o casal era retirado e advertido pelas autoridades do Clube.

Outra restrição existia quanto a entrada de moças solteiras sem o acompanhamento dos pais. Para poder participar de um baile, uma moça desacompanhada teria que ficar sob a responsabilidade de outra família, que assinava um termo de compromisso atestando que se responsabilizaria pela senhorita naquela noite. Esta era, segundo a depoente, a única forma de uma moça solteira frequentar um baile sem estar

²⁹ Bailes de Data eram os bailes comemorativos ao aniversário de fundação dos clubes; e os de Natal, Páscoa e Reveillon.

acompanhada dos pais. Percebe-se nestes episódios que havia uma profunda preocupação com a preservação daquilo que tradicionalmente se convencionou chamar “moral e bons costumes”; com uma enfática necessidade de vigiar e policiar o comportamento feminino dentro do Clube. Beatriz Ana Loner (2003), em estudo realizado com clubes negros na cidade de Pelotas, relata episódio semelhante relacionado a um clube considerado da elite negra; no qual a vigilância ultrapassava as barreiras do próprio clube numa tentativa de disciplinar a vida dos sócios de um modo geral, impondo regras e decidindo até mesmo quais relacionamentos sociais eram adequados ou não aos sócios.

Quanto ao Clube Comercial, a lembrança que dona Ruth traz é a da segregação dos negros. Quando perguntada sobre a possibilidade de um negro ser aceito no Clube Comercial como sócio, sua resposta é enfática: “Negro no comercial só se fosse pra encher a caixa d’água ou lavar o chão”. Segundo a depoente, em dias em que havia bailes ou outros eventos nas dependências do Clube Comercial, os negros não costumavam sequer passar pela calçada do prédio. Relata que agressões verbais contra os negros eram comuns, fato que certamente motivava as mães de crianças negras a proibirem que transitassem pelas proximidades deste clube em dias festivos.

O episódio narrado por dona Ruth quando questionada sobre estes impeditivos é bastante emblemático, e remonta à infância e a ingenuidade da maioria das crianças quanto a regras raciais e sociais do mundo dos adultos. Quando criança, Ruth tinha amigas brancas, filhas das patroas de sua mãe, que trabalhava como empregada doméstica e lavadeira. Seus padrinhos também eram brancos, e era costume da época dar os filhos a batizar por pessoas socialmente bem colocadas que pudessem auxiliar financeiramente os afilhados com relação aos estudos e formação profissional. A menina Ruth, portanto, convivia com brancos, ia à casa das amigas brancas e estas, vez por outra, também frequentavam a sua casa. O episódio a que nos referimos ocorreu quando a depoente contava com aproximadamente 10 anos de idade. Segundo recorda, teria ido buscar um tarro³⁰ em uma casa à qual a família fornecia leite todos os dias. Conta que foi até a residência e que pegou o tarro, e quando voltava para a sua própria casa ouviu uma música vinda do Clube Comercial. Era uma matinê de carnaval que estava acontecendo, e Ruth foi até a janela para espiar. Lembra-se de ter ficado fascinada com as cores, as fitas, as serpentinas e os confetes. Enquanto estava olhando pela janela, foi vista da rua por um tio seu que a mandou ir embora, pois sua mãe não iria gostar de saber que a menina estava se metendo a espiar o “Clube”. Entretanto, a curiosidade falou mais alto e ela

³⁰ Recipiente utilizado para guardar e transportar leite.

persistiu em ficar olhando pela janela, até que foi reconhecida por algumas das meninas brancas com quem costumava brincar. As amigas a chamaram para entrar, ao que prontamente atendeu sem o menor constrangimento. Inocentemente entrou, descalça, com um tarro de leite, e em sua memória não ficou sequer uma lembrança sobre ter sido olhada ou tratada de forma diferente pelas crianças e adultos que estavam na festa. Recorda que a mãe de uma das meninas pegou o tarro e levou para a cozinha e enquanto ela brincava de juntar confetes, encheu o recipiente com pastéis e outras guloseimas. A seguir, a mesma senhora solicitou que uma empregada levasse Ruth para casa, instruída a explicar para a mãe da menina que esta havia sido convidada a entrar pelas amigas, e que os pastéis e petiscos que trazia haviam lhe sido dados de presente. Dona Ruth conta-nos ainda que depois de satisfeita sua curiosidade de conhecer o interior do Clube Comercial, sentiu muito medo da mãe, e talvez tenha sido ela mesma quem tenha solicitado o acompanhamento até em casa, por medo reação da mãe à sua desobediência quanto ao “Clube dos brancos”. Ao ceder ao impulso infantil, Ruth transgrediu duas regras; a da mãe e a do Clube Comercial. Tratava-se de uma criança negra, pobre e descalça, que certamente não passou sem ser notada entre as bailarinas e colombinas emplumadas do baile infantil. Entretanto, a memória de Ruth não guardou nada de negativo deste emblemático episódio, pelo contrário, ao contá-lo, até sorri. As represálias, se aconteceram, foram apagadas sutilmente.

As memórias de Dona Gemina Conceição também tendem a negligenciar os episódios em que tenha sofrido algum tipo de preconceito por ter se casado com um negro. Mas antes de tratar das memórias de Dona Gemina sobre o Clube Comercial, vamos dialogar com suas lembranças sobre o Clube que foi fundado pelo seu marido, e ao qual dedicou boa parte de sua vida: o 12 de Outubro.

De acordo com o que nos relata Dona Gemina, quando seu marido e alguns amigos decidiram fundar o 12 de Outubro, estavam criando um clube “para os negros”³¹, ou seja, a sociedade visava proporcionar lazer e diversão àqueles que eram barrados nas sociedades que então existiam em Palmeira das Missões. Entretanto, os critérios que geriam a ação do clube não eram raciais, ele nasce como uma opção para os negros, mas sem excluir os brancos e sem caráter de enfrentamento com a ordem social vigente.

É justamente isso que a depoente Gemina nos relata ao ser questionada se os brancos podiam ser sócios do 12 de Outubro: “podia associar branco, não tinha nada de

³¹ Esta é uma das poucas vezes em que Dona Gemina usa a expressão “negros”.

racismo ali, entrava negro, entrava branco, entrava rico, entrava pobre, aquelas pessoas que queriam colaborar, ajudar o Clube, tudo era aceitado”. Prossegue dizendo que o que importava era se a pessoa “era de bem, pessoa direita”, assegurando que qualquer pessoa que infringisse as regras seria punida da mesma maneira, sem distinção de qualquer tipo. Portanto, pelo que recorda Dona Gemina, a questão propriamente racial não era determinante para a aceitação de um novo sócio ou visitante. O clube estava disposto a acolher quem estivesse disposto a trabalhar por ele e a seguir as suas regras de conduta e comportamento, sem restrições diretas de classe ou raça.

Quanto a essas questões, Dona Gemina nos dá muitas informações, enfatizando as pessoas brancas que faziam parte do Clube, enumerando nomes e sobrenomes, assegurando que nunca aconteceu de alguém ser barrado por ser pobre, ou branco, ou preto. Entretanto, apesar de se apresentar como uma sociedade bem mais democrática do que o Clube Comercial, tinha suas regras bem determinadas, como já foi colocado no depoimento de Dona Ruth. São retomadas por Gemina a questão dos trajés, com a obrigatoriedade do uso de gravata e vestidos longos; e a questão da necessidade de estar sempre em dia com as mensalidades do clube. A depoente relata que as pessoas todas eram muito bem vestidas, as mulheres e os homens, e que só começou a haver maior flexibilidade no que toca a indumentária quando foi inaugurada a danceteria, por volta de 1970. Pelo que lembra, a diretoria ficava inclusive à porta, fiscalizando as roupas, e os não sócios só entravam com autorização do presidente. Relata que os frequentadores da danceteria “eram gente direita, não era que nem essa gentinha que entra agora, de chinelos de dedo, de short e tudo”³². A atenção era especialmente dedicada para se detectar possíveis arruaceiros, uma vez que o 12 de Outubro se orgulhava da fama de sempre ter sido um clube onde não ocorriam brigas ou qualquer tipo de violência. Os mais exaltados não podiam entrar nem na danceteria, que tinha caráter mais popular que os bailes, e os bagunceiros não raro eram barrados pelo próprio presidente do clube. As declarações relativas às indumentárias e obrigatoriedade de pagamento de mensalidades nos informam que, ainda que não houvesse uma restrição formal quanto às possibilidades financeiras dos sócios, ela existia implicitamente, pois aqueles que não podiam pagar as mensalidades ou vestir-se de acordo com o que exigiam as normas do 12 de Outubro, não eram aceitos em suas dependências; como sócios ou convidados. Portanto,

³² Nos últimos anos em que se manteve em funcionamento o Clube 12 de Outubro começou a sediar eventos voltados às classes mais populares, sendo que o aumento da violência nas redondezas e no próprio clube acabou criando um estigma bastante negativo para a entidade.

tratava-se de uma sociedade democrática e não segregacionista, que, entretanto, possuía seus critérios seletivos bem determinados.

O fato de que sócios do Clube Comercial frequentassem o Clube 12 de Outubro é relatado por Dona Gemina com uma pontinha de “orgulho” que não consegue ser disfarçado. Antes mesmo de ter sido construída sua sede, atraía muita gente de classe social elevada em relação à maioria dos sócios do 12 de Outubro. Um dos episódios mais pitorescos da narrativa de Gemina é a história de que, segundo se lembra, o primeiro sorvete que houve em Palmeira foi feito no “12”. Conta ela que vieram de São Paulo caixas enormes de açúcar em pedra, as essências e a máquina, que era movida à manivela e fazia o sorvete. Então, aos domingos, “aquele pessoal lá de cima” descia para tomar o sorvete no clube dos negros. Outra oportunidade em que o “12” era colocado em destaque absoluto era o carnaval. Os blocos do 12 de Outubro foram os primeiros a deixar as dependências do clube e sair para a rua, com seus tambores e fantasias, atraindo a população para assistir e não raro participar da festança. Essas atividades todas comprovam que o clube fundado em 1940 tinha uma vocação democrática e agregadora, absolutamente contrária a do Clube Comercial, que tentou, enquanto pode, manter seus rígidos critérios de seleção para os possíveis sócios.

Se quando questionada sobre episódios em que ela ou a família tenham sofrido algum tipo de discriminação racial Dona Gemina é evasiva, quando a pergunta é feita de forma mais geral ela reconhece a existência do preconceito de cor. As restrições racistas vigentes no Clube Comercial não foram completamente apagadas de sua memória. É enfática ao afirmar que lá “não entrava negro” e que era sabido que pessoas haviam tido a entrada barrada unicamente por serem negras. Cita exemplos como o de uma professora chamada Jair, que segundo a depoente “era uma pessoa de destaque, negra, mas de destaque, mas não entrava lá”. Quanto a possibilidade de um negro vir a se associar, é veementemente afastada, não havia, segundo ela, a menor possibilidade disso vir a acontecer, pelo menos até a década de 1970.

Em função de seu casamento, Gemina passou a vivenciar todas as possíveis situações de preconceito e discriminação que sua família tenha enfrentado. Pode-se dizer que ela também sofria o preconceito, pois era a mulher do negro, a mãe dos negros. Ainda que prefira não relatar episódios que exemplifiquem o preconceito racial sofrido por ela ou pela família, em um trecho de sua narrativa deixa escapar um momento em que sentiu receio de ser hostilizada. Conta que mesmo quando “ainda não estava entrando muitos negros” no Clube Comercial, ela e o marido foram convidados para um baile que iria inaugurar uma galeria com

fotos de ex-presidentes. A depoente encarou a situação com muito receio, dizendo ao marido que não iria, pois as pessoas lá eram diferentes e poderiam ficar olhando de forma estranha para eles. Esta é uma das poucas situações em que Dona Gemina deixa escapar o medo que sentia do racismo. Ainda que assustador, este convite não poderia deixar de ser percebido como uma deferência, sendo que diversas questões podem ser colocadas sobre este evento. Porque convidar um negro, visto que a entrada de negros naquela entidade era “proibida”? Seria um indício de abertura com relação às questões raciais? O convite foi feito em função dos bons relacionamentos que o casal mantinha com políticos influentes que eram parte da diretoria do Clube Comercial? Responder definitivamente a estas questões, com os dados que possuímos, seria leviano. Mas, ainda que não se possam encontrar respostas definitivas, a reflexão é importante e exemplifica o quão tênues eram as linhas que separavam as atitudes sociais e o quão fluidas são as relações humanas.

O casal acabou aceitando o convite, e Dona Gemina relata que dentro do Clube Comercial as pessoas faziam questão de tratá-los bem, que os puxavam para dançar, “fazer rodinha e coisa”, mas que ao final das contas não se sentia no “seu lugar”. O lugar de Gemina, em suas palavras era no “12”, “pra mim era aqui no 12 de Outubro e nada mais.” O episódio em questão aconteceu segundo a depoente no mandato do senhor Dary Kurtz como prefeito, o que nos leva então a 1950/1951, autorizando-nos a afirmar que o senhor Antônio Nunes da Conceição foi o primeiro negro que teve permitida sua entrada no Clube Comercial como convidado. Fato que escapa à lembrança de todos os nossos demais depoentes, que asseguram ter sido Antônio Nassif, filho adotivo do prefeito de Palmeira em 1960-1962 Nassib Nassif, o primeiro negro a entrar no Comercial na década de 1970.

Mesmo sem ter lembrado de que seu Antônio Nunes da Conceição foi convidado para um baile nas dependências do Clube Comercial, o depoente Adão Ardenghi Brizola corrobora esta informação. Perguntado sobre em que época a entrada de negros era vetada, responde que era em 1950, “cinquenta e pouco”. Seu Adão se intitula um dos defensores dos negros, e afirma que fazia discursos nas dependências do clube contra a discriminação racial.

Ao tratar deste tema, que segundo ele era um problema moral, enumera outras proibições que vigoravam, como por exemplo, o beijo na boca, que era motivo para suspensão dos infratores. Seu Adão traça um retrato de si mesmo no passado como um homem não muito afeito a qualquer tipo de restrição, chamando os dirigentes do Clube Comercial de atrasados e

retrógrados, dizendo que naquele tempo, tomar uma posição favorável aos negros era muito difícil.

O Clube Comercial é caracterizado por Adão como absolutamente elitista, sendo que para ser aceito na sociedade a pessoa tinha que ser, além de rica, de família tradicional. Fato que por si só já era suficiente para manter os negros à distância sem mesmo ter que utilizar o impedimento propriamente de ordem racial. Segundo recorda seu Adão, as restrições eram muitas, a procedência de família era verificada e o fato de ocupar algum cargo dentro da diretoria, principalmente a presidência, dava grande visibilidade política regional. Segundo lembra, ser presidente do Clube Comercial era um status, citando o exemplo do ex-governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Sousa, que ocupou o cargo de direção do clube.

Mas o que de mais interessante nos traz o relato do senhor Adão Ardenghi está em algumas aparentes contradições que seu depoimento apresenta em comparação com o de outras depoentes. A mais marcante, com certeza está no que ele chama de “moral das mulheres”. A mulher frequentadora do Clube Comercial, branca e predominantemente de classe social elevada é apresentada como “comprometida com manter a moral”, entenda-se aqui a palavra moral relacionada com o comportamento sexual. Qualquer comportamento que se desviasse da castidade era motivo para muito falatório, “era uma tragédia”, como lembra seu Adão. Já as “morenas” são denominadas por seu Adão de “mais fogosas”, criadas sob um regime que não era tão rígido quanto o das brancas e desfrutando de maior liberdade do que elas. Em suas recordações, ele e outros jovens iam ao 12 de Outubro em busca de sexo, pois acreditava que o fato de serem brancos contava positivamente no momento de conquistar as “morenas”.

Tais declarações vão de encontro às prestadas pela senhora Ruth Terezinha, que se recorda de um sistema de vigilância muito rígido dentro do 12 de Outubro com relação às moças solteiras, que eram proibidas de beber e se não estivessem acompanhadas da família, tinham que estar sob a tutela de uma outra família que era considerada responsável por suas atitudes. Esta aparente contradição leva-nos a pensar nas diferentes possibilidades de compreender estes relatos. Seu Adão, imbuído de todos os valores e do imaginário de sua época, via como real o desejo das mulheres negras pelos homens brancos, como um mecanismo de ascensão social possível. Entretanto, ele as descreve como mais sexualmente acessíveis, o que as coloca, portanto numa posição moral duvidosa para os padrões vigentes, sendo possivelmente relegadas ao posto de concubinas. Já a senhora Ruth, como uma mulher negra de família tradicional, enfatiza os mecanismos de controle que vigiam dentro do clube,

numa clara tentativa de fugir aos estereótipos sexuais e de gênero atribuídos às mulheres não-brancas naquela conjuntura. Ou ainda, talvez os relatos de seu Adão se refiram a uma época diferente dos 12 de Outubro do que aquela relatada pela depoente Ruth; após a saída de seu Antônio da presidência, quando as normas e regras morais começaram a ser modificadas e a abertura quanto às formas de vestir e se portar já não fossem mais as mesmas. Seu Antônio Nunes da Conceição faleceu no ano de 1985, a partir de que o 12 de Outubro parece ter sofrido modificações estruturais.

Quanto à forma como os visitantes brancos eram recebidos nos bailes do Clube 12 de Outubro, também há uma discrepância com relação ao depoimento da mesma senhora Ruth Terezinha. Seu Adão corrobora o que é lembrado por Dona Gemina, ao se referir a uma grande frequência de “gente branca” no 12 de Outubro, afirmando que as pessoas gostavam muito de ir aos bailes e eventos em função da segurança, do conforto e do ótimo tratamento que recebiam. Adão afirma veementemente que “o negro de Palmeira tinha um carinho muito grande pelo branco, pelas autoridades, que eram sempre bem recebidos”. Até este ponto as informações conferem. O desacordo entre os depoimentos se dá com relação a forma como estas pessoas eram recebidas, ou seja, Adão Ardenghi descreve a chegada de um branco no 12 de Outubro em uma noite de baile como uma apoteose em que todos os sócios do clube iam recepcioná-lo e ovacioná-lo, como se a sua presença fosse uma grande honra para os negros.

Ainda que seja unanimidade em todos os depoimentos, inclusive no de Dona Philomena Canavezzi, de que as autoridades e pessoas da elite política e econômica de Palmeira das Missões frequentassem o clube 12 de Outubro, a forma como se dava a recepção não é consenso. Ao ser questionada sobre os episódios em que brancos não-sócios teriam participado de atividades dentro do 12 de Outubro, Dona Ruth Terezinha nos traz dados novos. A forma como lembra destes fatos não deixa os negros e demais sócios em uma posição de contemplação e agradecimento pela presença de algum branco rico em seu meio. Conta que, quando um não-sócio, geralmente branco, chegava com a família para participar de algum evento, o presidente do clube 12 de Outubro ia até o palco, e de lá pedia a atenção de todos para anunciar que havia uma determinada família, que não era sócia, querendo festejar com eles. A seguir questionava os sócios sobre a aceitação ou não, e era feita uma votação pública, com levantar de mãos. Os votos eram contados e dependendo da aprovação da maioria, a família poderia entrar. Quando questionada sobre ter acontecido alguma vez da família ou pessoa não ser aceita, ela disse que não, que “como eles já estava lá dentro mesmo,

deixavam ficar”. São, portanto, pequenos detalhes que se cristalizam na memória das pessoas e as fazem lembrar das mesmas coisas de formas muitas vezes absolutamente contraditória.

Importante acrescentar mais um trecho do depoimento de Adão Ardenghi, no que se refere à forma como os não-sócios eram recebidos no 12 de Outubro. Diz, literalmente, que “cada um era recebido de acordo com seu valor”, frase que de certa forma explicita sua concepção sobre a condição social e relevância das pessoas que visitavam o “12”. Mas enfatiza, “desde que respeitassem as regras”. Infelizmente, não temos como saber exatamente como eram essas regras, mas em contrapartida, pudemos ter acesso a diversas formas diferentes de lembrar estes episódios, o que nos permite esboçar um quadro muito amplo de relações e valores que se entrelaçavam na formação de identidades sociais destas pessoas.

Adão Ardenghi contraria ainda outra afirmação, a de Dona Gemina da Conceição, no que se refere ao grau de coesão do grupo que formava o 12 de Outubro. Segundo a senhora, todos eram muito unidos, em função de não serem muitos, e se cotizavam na realização dos mais diversos trabalhos, desde a construção da sede até a limpeza e organização dos salões de baile. Seu Adão já nos traz outra opinião, a de que os negros não eram unidos, motivo pelo qual nunca conseguiram eleger nenhum “de sua raça” para ocupar cargos importantes na política do município. Em sua memória, os negros se fixaram como um grupo desunido, que em função disso não conseguia alçar maiores conquistas em seu benefício. Outra característica sobre os negros fixada por seu Adão é a da falta de identidade, pois em sua opinião os negros, além de poucos, sonhavam em ser como os brancos, sendo que os caracteres fenotípicos acabaram se perdendo em função do “sonho deles que era casar com branco”. Recorda que os principais “representantes oficiais” da negritude palmeirense casaram com as brancas e por causa disso nasceram filhos brancos, o que impediu o surgimento de uma elite negra mais politizada e atuante.

A fala de seu Adão Ardenghi traz diversos elementos que caracterizam os estereótipos negativos com que os negros são frequentemente caracterizados. Expressões como “o sangue negro não enfrenta o branco”, “as mulheres negras são mais fogosas” ou mesmo “o sonho dos negros era casar com branco” expressam toda uma gama de preconceitos ou incorreções que no fundo se justificam como preconceitos propriamente raciais. É como se, para corresponder às expectativas quanto ao seu comportamento, os negros devessem manter relacionamentos apenas com negros, devessem ser todos militantes pela causa negra e votar apenas em negros para a ocupação de cargos políticos. Entretanto, se este comportamento fictício fosse posto em prática efetivamente, certamente não faltariam os que acusariam os

negros de racistas. O exemplo é apenas para esclarecer o quanto é complicado se estabelecer como um grupo, ou mesmo como uma classe consciente de seu desenvolvimento enquanto tal quando as cobranças por determinadas atitudes permanecem vivas na sociedade envolvente.

CONCLUSÕES

O que fica evidente com relação aos processos de formação de memórias identitárias dos sócios dos clubes Comercial e 12 de Outubro é a extrema complexidade deste processo. Neste trabalho foram avaliadas apenas as variáveis classe e raça, entretanto, inúmeras outras se fazem presentes e determinam conjuntamente o processo de constituição de identidades. A questão de gênero se faz importante, quando percebemos atribuições e restrições morais e de comportamento destinadas principalmente às mulheres em ambos os clubes.

Outra constatação importante é a relação destas pessoas com as discussões acadêmicas e intelectuais que buscavam explicar e compreender estas mesmas dinâmicas. Em muitos aspectos pode ser percebido que algumas das premissas que embasavam o pensamento intelectual das décadas de 40 e 50 se encontram no imaginário dos entrevistados, como por exemplo, a idéia expressa por seu adão Ardenghi de que as mulheres negras preferiam os homens brancos aos negros; ou de que as mesmas eram moralmente mais flexíveis do que as não-negras. Percebe-se também a distância que há entre a teoria e prática no que se refere mesmo a aplicação de leis, uma vez que a proibição de acesso aos negros a ambientes sociais e públicos era ilegal desde 1951.

Compreender os processos que levam as pessoas reais a pensarem e se identificarem de determinada maneira em determinado período da história é um exercício que transcende a compreensão da circunscrição em que a pesquisa se insere. Esta análise nos leva a pensar sobre as diversas maneiras que os episódios e valores se cristalizam na memória das pessoas e passam a ação na vivência cotidiana. É através da expressão de pensamentos e idéias que as ações se concretizam; portanto a busca pela compreensão destes processos não é apenas um exercício interessante, mas necessário ao historiador que pretende dar conta de apreender o mundo que é seu objeto de estudos.

Após passar muito tempo debruçada sobre as falas das pessoas que se dispuseram a ceder suas memórias para que este trabalho se tornasse possível, fica evidente muito mais do que no começo da pesquisa, o quão complexo é se trabalhar com questões de identidade. Em seu dia-a-dia as pessoas não param para pensar sobre a sua condição de classe ou a sua condição étnica no momento em que atuam como agentes da história. Na maioria das vezes elas nem se percebem como agentes históricos, assim como frequentemente acreditam que as

suas concepções identitárias lhe são ditadas de fora ou chegam prontas pelas mãos rápidas do destino. O passado aparece não raramente como um amontoado de lembranças desordenadas, que possivelmente não trazem nada que mereça ser avaliado ou estudado.

Importante ressaltar a inseparabilidade dos conceitos de classe e raça para compreender a questão da formação de identidade, uma vez que os indivíduos não dissecam sua personalidade em pequenas partes, ao contrário, aquilo que são ou que acreditam ser é a soma de todas as suas impressões, valores e características acumuladas durante a sua trajetória. Em tempos de discussões sobre a validade ou não da racialização das relações sociais no Brasil, volta com força o questionamento sobre se as questões relacionadas ao preconceito e desigualdades são devidas a fatores raciais ou sociais. Ouso afirmar que são inseparáveis, da mesma forma como aparecem nas memórias dos sócios dos clubes Comercial e 12 de Outubro.

Ainda que, em determinado momento a questão da raça pareça mais fortemente marcada em detrimento da de classe, ou vice-versa, a verdade é que as pessoas não se identificam como sendo apenas negras, apenas brancas, ou apenas pobres ou ricas. Estes conceitos se mesclam em uma trama que obedece a uma lógica particular e instável. Entretanto, o que não pode demorar mais é que se atinja a compreensão da necessidade de se superar as discussões vazias a respeito de preconceitos e se efetivem ações pontuais para que as desigualdades comecem a diminuir nas estatísticas e na vida real e concreta das pessoas de todas as classes e etnias.

Sem sombra de dúvidas, o que se apresentou aqui foi apenas uma das inúmeras visões possíveis a respeito deste tema, que não se encontra de forma nenhuma esgotado ou acabado; ao contrário, espera-se que as discussões continuem acontecendo, e que outras interpretações apareçam nesta área que carece de mais estudos calcados no real e no cotidiano, nas identidades e mentalidades, em busca de soluções para impasses históricos que transcendam a função dos cientistas sociais e historiadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. *Ouvir Contar: Textos em história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA; Maria H. de, FRY; Peter e REIS; Elisa (org.). *Política e Cultura: Visões do Passado e Perspectivas Contemporâneas*. 1ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1995.
- ARAÚJO, Thiago L. *Escravidão, fronteira e liberdade: Políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro 1834 – 1884)*. 333f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio grande do Sul.
- AZEVEDO, Eliane. *Raça: Conceito e Preconceito*. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1990.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Nacional, 1955.
- BARROS, José D' Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico*. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- BERTELLI; Antônio, PALMEIRA; Moacir e VELHO; Otávio (org.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1988.
- CONTINS, Marcia. *Lideranças negras*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.
- COSTA, Sérgio. *A mestiçagem e Seus Contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil Contemporâneo*. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo nº13, v.1, p.143-158, maio de 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n1/v13n1a10.pdf>. > . Acesso em: 2 junho 2009.

- DE BORTOLLI, Cristiane. *Vestígios do passado: a escravidão no Planalto Médio*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.
- FISCHER, Luís A. e GONZAGA, Sérgio (org.). *Nós, Os Gaúchos*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- GILL, Lorena A. e LONNER, Beatriz Ana. *Clubes Carnavalescos negros na cidade de Pelotas*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun.2009.
Disponível em
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/5798/4217>>
Acesso em: 4 de junho de 2008.
- GUAZELLI, César A. B. e PINTO, Celi R. J. (org.). *Ciências Humanas: Pesquisa e Método*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Classes, raça e Democracia*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HARRIS, Marvin. *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- HASENBALG, Carlos A.. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra capa, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JESUS, Nara Regina D. de. *Clubes Sociais Negros em Porto Alegre – RS: A Análise do Processo de Recrutamento Para a Direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, Trajetórias e a Questão da Identidade racial*. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Sociologia, Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEITE, Ilka B. (org.). *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. 2ª ad. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.
- LINS, Daniel (org.). *Cultura e Subjetividade: Saberes Nômades*. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1997.
- LONNER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPel, 2001.

- MAESTRI, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3^o ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.
- MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. 1^a ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- MATTOS, Hebe e RIOS, Ana L. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição*. 1^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o império (1824-1889)*. Porto Alegre: Garatuja, 1975.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro : relações de raças numa sociedade em mudança*. 2^aed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.
- QUEIROZ, Renato da Silva e SCHWARKZ, Lilia M (org.). *Raça e Diversidade*. 1^a ed. São Paulo: EDUSP, 1996
- RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SEFFNER, Fernando (org.). *Presença Negra no Rio Grande do Sul*. 1^a ed. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.
- SOARES, Mozart pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. 1^a ed. Palmeira das Missões: Bels, 1974.
- SKIDMORE, Thomas E. Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. In: *Cadernos de pesquisa*. São Paulo N. 79 (nov. 1991), p. 5-16.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

